

INTERESSE NACIONAL

ANO 9 • NÚMERO 33 • ABRIL-JUNHO DE 2016 • R\$ 30,00
www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

PMDB: Da Resistência Democrática ao Fisiologismo

Jarbas Vasconcelos

O PT Perante uma Solução Prática e um Enigma Teórico

Tarso Genro

PT: O Tratamento Errado do Erro

Paulo Delgado

O Brasil Entre Parênteses

José Aníbal

PSDB: Problemas que Afligem a Legenda

Arnaldo Madeira

Dilma, o *Dedazo* de Lula e a Reforma Política

Alberto Almeida

ISSN 1982-8497



9 771982 849314

INTERESSE NACIONAL



A **Revista Interesse Nacional** oferece o seu conteúdo impresso na plataforma tablet. Essa inovação digital beneficia o leitor, pois permite o acesso aos artigos com total mobilidade e interatividade.

A atualização no formato é necessária para acompanhar nossos leitores onde eles estiverem. Para nós, o importante é a qualidade do conteúdo, sem descuidar dos recursos visuais inovadores.

INTERESSE NACIONAL

Ano 9 • Número 33 • Abril-Junho de 2016

Editora

Maria Helena Tachinardi

Editor Responsável

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	José Luis Fiori
Carlos Eduardo Lins da Silva	Leda Paulani
Cláudio Lembo	Luís Fernando Figueiredo
Claudio de Moura Castro	Luiz Bernardo Pericás
Daniel Feffer	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Demétrio Magnoli	Raymundo Magliano
Eugênio Bucci	Renato Janine Ribeiro
Fernão Bracher	Ricardo Carneiro
Gabriel Cohn	Ricardo Santiago
João Geraldo Piquet Carneiro	Ronaldo Bianchi
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

CIRCULAÇÃO

DPA Cons. Editorial Ltda.
dpacon@uol.com.br • Tel. (11) 3935-5524

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto
editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA

Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

Printed in Brazil 2015

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.sxc.hu

Sumário

ANO 9 • NÚMERO 33 • ABRIL-JUNHO DE 2016

6 Apresentação

ARTIGOS

9 PMDB: Da Resistência Democrática ao Fisiologismo

JARBAS VASCONCELOS

O partido que veio a se tornar o PMDB nasceu para ser a oposição consentida ao governo militar e, no curso do processo, tornou-se uma grande avenida por onde trafegaram grupos de diferentes tendências no enfrentamento ao arbítrio. O PMDB se transformou, desgraçadamente, em uma federação de líderes sem vinculação programática. O estilo atual de fazer política do partido está sempre focado no fisiologismo e em dar estabilidade congressual a qualquer coalizão presidencial, o que tem um custo ético muito elevado. No momento em que o País passa por uma das maiores crises políticas e econômicas de sua história recente, vemos o PMDB dar mais uma demonstração de como se tornou um partido incoerente com sua história de luta e resistência. Seus líderes atuais ocupam cargos-chave no governo do PT, que está se comprovando ser um dos mais desastrosos e corruptos de nossa história.

17 O PT Perante uma Solução Prática e um Enigma Teórico

TARSO GENRO

A crise do PT não é uma crise exclusiva sua, nem característica específica dos partidos de esquerda. Ela tem seus “motivos próprios”, estimulados pela incorporação – nas práticas do partido – de métodos de governabilidade tradicionais e pela assimilação das formas de financiamento espúrio, que acompanharam a nossa vida republicana. Ainda permanece o desafio de construir um partido novo, que pode ser um PT refundado, apropriado para a democracia e para o socialismo democrático, como o foram, ao seu tempo, o partido leninista e os partidos social-democratas de alguns países europeus. Esse desafio, ao que tudo indica, não será respondido exclusivamente pelo PT, mas se for respondido, será pelo conjunto da esquerda partidária e não partidária, a partir das experiências de governo, das novas experiências de luta e da renovação do nosso arsenal teórico, para interpretar os desafios de um mundo da globalização financeira cada vez mais cruel, violento e militarizado.

24 PT: O Tratamento Errado do Erro

PAULO DELGADO

Com a ascensão ao governo, em 2003, o PT passou a enfrentar o desafio de formular e administrar a dimensão progressista de uma utopia oposicionista. E se deparou com uma fragilidade doutrinária e teórica que exigiu vigiar e punir qualquer crítica, interna e externa, que recebesse. Abalados os paradigmas originais, o partido passou, ao mesmo tempo, a não se importar mais com a qualidade de quem dele saía e nem com a solicitude de quem a ele se oferecia. Isto contribuiu para agravar a qualidade da sua prática. A esquerda mundial tem um limite na capacidade de gestão que é quase uma tradição. E seus governos são conhecidos mais pela tomada de decisão do que implementação de programas e projetos estratégicos. Assim, o governo do PT imaginou que a personalidade forte de seu líder, formado no horizonte curto da luta sindical, seria mais poderosa do que a característica longa e geral da política do Brasil. E, para quem alertava o partido de que a política é mais do que ter habilidade, não foi uma surpresa ver Lula dar a quem o queria derrotado o bem que o acusavam de pedir.

37 O Brasil Entre Parênteses

JOSÉ ANÍBAL

O autor faz uma retrospectiva histórica do PSDB, desde a sua fundação até os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso. “Nos oito anos de FHC, o Brasil recuperou credibilidade,

saneou as contas de estados e municípios, recuperou condições de realizar políticas públicas eficientes, com definitiva implantação e universalização do SUS e avanços notáveis na educação. Na área social, consolidou a Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) e implantou o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Vale-Gás, beneficiando mais de 5 milhões de famílias”, menciona. “Na política, depois do mensalão, já estava em curso, com a chancela do pré-sal, a obra maestra do lulopetismo: o “Petrolão”. O PSDB e as oposições foram incansáveis nas denúncias dos malfeitos, mas sem argumentos e discurso prático capazes de sensibilizar o Parlamento. Também faltaram às oposições os necessários canais de comunicação com a sociedade”.

41 PSDB: Problemas que Afligem a Legenda

ARNALDO MADEIRA

Os editores da Interesse Nacional optaram por reproduzir a entrevista concedida à Folha de S.Paulo pelo ex-deputado federal pelo PSDB, Arnaldo Madeira, porque mostra de forma sintética e direta os diversos aspectos dos dilemas de um partido. As dificuldades de articulação interna para a escolha do candidato à Prefeitura de São Paulo estão claramente expostas e mostram como a segmentação em diferentes alas foi agravada pela realização de prévias para a escolha do candidato partidário. Na entrevista de 2 de março deste ano,

o ex-deputado Arnaldo Madeira acusa o governador Geraldo Alckmin de usar a máquina do governo paulista para favorecer a candidatura do empresário João Doria na disputa interna do partido pela Prefeitura de São Paulo.

44 Dilma, o Dedazo de Lula e a Reforma Política

ALBERTO ALMEIDA

Ninguém imagina que alterar a vida interna dos partidos políticos possa vir a ser uma imensa reforma política. Os nossos partidos são fortemente oligarquizados e não conhecem internamente a contestação. A longa permanência no poder de nossos dirigentes partidários contrasta fortemente com

a rápida renovação dos candidatos a presidente nos Estados Unidos ou da mudança de liderança dos partidos britânicos que perdem a eleição geral. Reduzir o número de partidos seria salutar em diversas dimensões do funcionamento do nosso sistema, mais salutar do que adotar o presidencialismo ou mudar o sistema eleitoral. Ações aleatórias nos deixaram com uma miríade de pequenos partidos que hoje, unidos, formam o grande partido que impede uma mudança crucial em nosso sistema. A mudança que nos daria alguma esperança de limitarmos os efeitos negativos do dedazo (indicação de Dilma por Lula, por exemplo) em nossa vida pública.

Apresentação

.....

A crise econômica, social, política, ética e moral do País se agrava. A agenda pró-impeachment se fortalece em consequência de delações premiadas na Operação Lava Jato que comprometem a presidente Dilma Rousseff. A condução coercitiva de Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 4 de março, para depor à Polícia Federal no contexto da 24ª fase da Operação Lava Jato, que investiga a relação do ex-presidente com empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção da Petrobras, detonou um processo de radicalização do PT visando à blindagem do seu fundador. As ruas voltam a protagonizar enfrentamentos entre grupos que apoiam Lula, o PT e a presidente e grupos que querem o impeachment de Dilma e defendem que as apurações sobre corrupção nos governos do Partido dos Trabalhadores prossigam até as últimas consequências.

Antes, a crise brasileira produzia novas informações a cada dia. Ultimamente, há uma aceleração da vida política e o cenário se altera em horas, com notícias sobre novas delações premiadas e articulações entre dirigentes dos partidos para enfrentar a deterioração da governabilidade do País.

A edição 33 da Interesse Nacional marca o início do 9º ano da revista e foi planejada em janeiro. Na ocasião, o Conselho Editorial elegeu como tema central a auto-

crítica dos três principais partidos políticos – o PT, o PSDB e o PMDB. Passados dois meses desta decisão editorial, a temática permanece atual, sobretudo em relação ao Partido dos Trabalhadores, que governa o País desde 2003 e cujo ciclo de poder, como diz Tarso Genro, ex-governador do RS, ex-presidente do PT e ex-ministro da Justiça de Lula, está esgotado.

Escrevem nesta edição Tarso Genro e outro petista histórico, o ex-deputado Paulo Delgado, crítico respeitado pela coerência de posições desde os primeiros dias do partido, membro da primeira Comissão Executiva Nacional e secretário de Organização e de Relações Internacionais do PT.

Tarso Genro diz que a crise do PT chama mais atenção do que a crise dos demais partidos pelo seu longo período de governo e pelos enfrentamentos que promoveu com as visões neoliberais. “Por outro lado, o partido emergiu na cena política do país como se pudesse manter – dentro da selva política tradicional – um patrimônio ético, não só “distinto” (o que seria possível), mas radicalmente “oposto” ao que sempre caracterizou nosso medíocre republicanismo. Tal “oposto” moralista e muito pouco realista, para atuar nos cenários políticos tradicionais, não prosperou e trouxe ao PT um grande prejuízo”.

Na visão de Paulo Delgado, a luta inter-

na, o despreparo endógeno do país para enfrentar a competição internacional e a visão negativa do vaivém da disputa democrática na sociedade criaram entre os petistas certo protestantismo político. “Viam como virtude a contestação do monopólio dos políticos tradicionais, do capitalismo como o fim do mundo e, de resto, de toda nossa história progressa. (...) Esse imobilismo dogmático fez com que o partido ficasse aquém da grandeza teórica da sua origem, nos anos 1980, e não o permitiu participar de forma mais criativa e organizada do processo de consolidação da democracia brasileira nos anos 1990. Com a ascensão ao governo, passou a enfrentar o desafio de formular e administrar a dimensão progressista de uma utopia oposicionista.”

Uma das vozes mais conceituadas no campo oposicionista, dentro e fora do PMDB, é a do deputado Jarbas Vasconcelos, autor do artigo “Da resistência democrática ao fisiologismo”. Jarbas Vasconcelos é fundador do antigo MDB, foi prefeito, governador de Pernambuco, senador e deputado em várias legislaturas, sempre no mesmo partido. Segundo ele, “o PMDB se transformou, desgraçadamente, em uma federação de líderes sem vinculação programática. O estilo atual de fazer política do partido está sempre focado no fisiologismo e em dar estabilidade congressional a qualquer coalizão presidencial, o que tem um custo ético muito elevado. No momento em que o País passa por uma das maiores crises políticas e econômicas de sua história recente, vemos o PMDB dar mais uma demonstração de como se tornou um partido incoerente com sua história de luta e resistência. Seus líderes atuais ocupam cargos-chave no governo do PT, que está se comprovando ser um dos mais desastrosos e

corruptos de nossa história. Um governo que em nome de um projeto de poder subverteu a lógica e a ética a seu favor”.

As análises críticas sobre o PSDB foram buscadas em São Paulo, núcleo central do partido, mesmo reconhecendo as dificuldades de encontrar articulistas que se dispusessem a fazer uma apreciação objetiva do atual momento partidário em nível nacional, em vista do conturbado quadro local.

José Aníbal, presidente nacional do Instituto Teotônio Vilela, centro de estudos e formação do PSDB, e senador suplente pelo PSDB-SP, faz uma breve retrospectiva histórica do principal partido de oposição do País. Menciona os feitos das duas gestões de FHC e reconhece que “faltaram às oposições os necessários canais de comunicação com a sociedade” para combater os governos do PT. Diz que seu partido se revitalizou e construiu uma alternativa ao lulopetismo, mas foi derrotado em 2014. Agora, reafirma que “o País nada mais tem a perder com o impedimento de Dilma” e que “o PSDB está preparado para servir ao País, participando da organização de um inovador, transparente e comprometido arranjo político com a sociedade”.

Na entrevista concedida à Folha de S.Paulo, o ex-deputado federal e um dos fundadores do PSDB, Arnaldo Madeira, mostra, de forma sintética e direta, os diversos aspectos dos dilemas de um partido.

Na entrevista, afloram, em larga medida, a partir do microcosmo da capital paulista, os problemas que afligem a legenda em um nível mais amplo. As divisões do partido e as contradições que emergem entre os diversos segmentos partidários, em virtude das desconfianças quanto aos objetivos finais de cada um dos atores, põem a nu as dificuldades por que passa o principal parti-

do da oposição. O sistema de prévias para escolher o candidato do partido em eleições majoritárias não tem tradição no Brasil.

Ao contrário dos EUA, onde, depois de uma desgastante disputa, o escolhido pelo partido recebe o apoio de todos, em terras tupiniquins, as fricções da campanha nas prévias deixam sempre sequelas. No momento atual, parece difícil haver uma conciliação de interesses de todos os grupos, mesmo sabendo que isso enfraqueceria o vencedor das prévias.

O cientista político Alberto Almeida, di-

retor do Instituto Análise, é autor do sexto e último artigo da edição: “Dilma, o dedazo de Lula e a reforma política”. Para ele, é necessária uma reforma que obrigue os partidos a terem uma verdadeira vida interna e impeçam ou dificultem o dedazo (quando o presidente indica o candidato do partido à eleição presidencial, como ocorreu quando Lula indicou Dilma na eleição de 2010). Com isso, evitariam “que fossemos governados por pessoas que não tivessem passado por um verdadeiro teste de liderança”.

OS EDITORES

PMDB: Da Resistência Democrática ao Fisiologismo

.....

JARBAS VASCONCELOS

O partido que veio a se tornar o PMDB nasceu para ser a oposição consentida ao governo militar e, no curso do processo, tornou-se uma grande avenida por onde trafegaram grupos de diferentes tendências no enfrentamento ao arbítrio.

Como toda ditadura, a brasileira torturou e fez desaparecer inúmeros oposicionistas, até mesmo do campo parlamentar, como foi o caso do ex-deputado Rubens Paiva. Como contraponto de si mesmo, o regime ditatorial no Brasil sempre manteve um discurso institucional querendo fazer entender que estava de passagem para chegar a uma nova democracia.

Nos momentos mais obscuros de cassação de mandatos e de brutal repressão, o Congresso era fechado por um determinado período e depois reaberto com um controle mais rígido. O golpe militar orquestrado pela sinfonia da guerra fria teve, inicialmente, o apoio de amplos segmentos civis,

da classe média, do empresariado e da igreja católica. E talvez, por isso mesmo, procurou manter lampejos de institucionalidade, condição que não aconteceu com os seus congêneres latino-americanos, como os casos da Argentina e do Chile.

Sempre é importante lembrar que o general Castelo Branco, primeiro presidente militar, foi eleito de forma indireta com o apoio do PSD e do próprio Juscelino Kubitschek, mesmo em um Congresso Nacional desfigurado por cassações de pessoas bem representativas dos principais partidos. Logo depois, o antigo modelo pluripartidário foi extinto e substituído por um partido do governo – Aliança Renovadora Nacional (Arena) – e outro que reunia parcelas da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Seguindo a linha de raciocínio de autores como Elio Gaspari¹ e Daniel Aarão Reis², a imposição do bipartidarismo já indicava o cerceamento de competição política e apontava na direção da institucionalização da doutrina de Segurança Nacional. Depois das inúmeras cassações, restava à

.....
JARBAS VASCONCELOS é pernambucano, natural da cidade de Vicência. Formou-se advogado pela Universidade Católica de Pernambuco. Deputado estadual (MDB, 1971-1974), deputado federal (MDB, 1975-1979 e PMDB, 1983-1985), prefeito do Recife por duas vezes (PMDB, 1986-1988 e 1993 a 1996), governador do estado de Pernambuco também reeleito (PMDB, 1999-2006), atuou no Senado Federal no período de 2007 a 2015 (PMDB), quando assumiu, até a presente data, um novo mandato na Câmara Federal (PMDB).

.....
1. Gaspari, Elio - A Ditadura Envergonhada/ A Ditadura Escancarada / A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002/2004.

.....
2. Reis, Filho, Daniel Aarão - Ditadura e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2014.

organização designada para ser oposição se tecer com uma bancada minúscula, com poucos quadros que sobraram do antigo PTB e com algumas lideranças regionais originárias do escorregadio Partido Social Democrático (PSD), muitas delas pessoas que perderam a disputa pela hegemonia regional no partido governista (Arena).

A tentativa de organizar diretórios do MDB nas cidades do interior do País às vezes se revestia de cores patéticas em razão da pressão e intimidação por parte das oligarquias que se abrigavam na sigla governista e se sentiam respaldadas pelo poder militar. Para citar um exemplo exótico, no estado de Pernambuco, lideranças do MDB chegaram a fazer um comício em uma cidade de interior sem uma única pessoa como ouvinte. As pessoas ficaram trancadas em casa porque haviam recebido ordens para não darem respaldo ao comício oposicionista.

Frente ampla

Nos dois primeiros anos, entre 1964 e 1966, o governo militar não conseguia unificar um modelo de repressão e parecia preocupado em apresentar satisfações à opinião pública internacional, o que não o impedia de utilizar quase sempre instrumentos de exceção. Em um movimento pendular e ambíguo, o governo ia se organizando com base na nova doutrina de Segurança Nacional. Conforme destaca a professora Maria Helena Moreira Alves, em sua obra e estudo sobre o “Estado e a Oposição no Brasil”, a variante brasileira da ideologia de Segurança Nacional se volta especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. Por sua vez, a oposição legal se limitava a fazer discursos no Congresso

Nacional com uma linguagem jurídica/moderada e a participar do calendário eleitoral dentro das limitações da conjuntura.

A configuração dos interesses políticos mais amplos e a expressa vontade dos militares de se manterem por um longo tempo, criando uma nova modelagem institucional, começaram a encontrar resistência de expressivos setores que haviam apoiado o golpe. Logo, expressivas lideranças civis passaram do discurso à ação, organizando com oposicionistas cassados uma Frente Ampla para combater o governo.

A reação do regime foi contundente, com a cassação dos direitos políticos de influentes líderes civis, antes estimuladores da intervenção militar, com destaque para Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, respectivamente ex-governadores dos estados da Guanabara e de São Paulo. O recurso ao poder de cassação mostrou que o regime não podia suportar uma oposição aberta que passou a ser muito maior do que o partido de oposição legal. A chamada Frente Ampla foi estruturada em 1967 e, em abril de 1968, teve as suas atividades proibidas. A essa altura já havia sido promulgada uma nova Constituição (1967), dando arcabouço legal aos atos institucionais do regime. Oito meses depois (dezembro de 1968), fechou-se o cerco com a promulgação do Ato Institucional número 5, que é considerado a consagração da doutrina de Segurança Nacional, ou, como foi também chamado, o golpe dentro do golpe.

O Congresso Nacional permaneceu fechado de dezembro de 1968 a outubro de 1969. O fechamento permitiu que fosse editado um conjunto de medidas que iriam não apenas aumentar o controle sobre a sociedade civil como preparar a economia para o chamado novo modelo de crescimento ba-

seado nos investimentos estrangeiros em indústrias de bens duráveis, num brutal arrocho salarial e na estabilidade política pela repressão. O País vivia um clima de grande euforia, com uma taxa de crescimento média de 10% ao longo de cinco anos que, mesmo com arrocho salarial, proporcionou a ascensão de uma nova classe média alheia às lutas políticas que se desenvolviam por parte de outros segmentos mais politizados da sociedade. Um novo modelo socioeconômico estava em curso. Conforme lembra Daniel Aarão Reis, formou-se um grande bloco de recursos nacionais e estrangeiros, com empresas estatais reeditando um nacional estatismo que provocava grande euforia em importantes segmentos da população.

Ressurgimento de novo ânimo oposicionista

Mesmo nesse quadro de aumento da repressão e do cerco à oposição, as eleições legislativas foram mantidas, e o MDB concorreu em uma situação de extrema adversidade. O resultado do pleito foi uma vitória retumbante do partido governante, com cerca de 70% dos votos válidos. Como quase não teve a votação mínima de 20% exigida pela legislação, um grupo do MDB pensou na autodissolução como uma forma de protesto. O milagre econômico, a repressão e a campanha do voto nulo se somaram, de forma contraditória, para dar maior relevância à vitória governista. Com esse resultado, o primeiro presidente do MDB, o senador Oscar Passos, que não conseguiu se reeleger como senador pelo estado do Acre, renunciou ao cargo de presidente do partido e foi substituído pelo deputado Ulysses Guimarães, de tradição liberal e que, posteriormente, iria ser símbolo da transição democrática.

A compreensão de que a história não tem um curso linear, mas avança de forma desigual, ajuda a entender a natureza das mudanças contraditórias na conjuntura política. Uma análise do processo permite compreender que, apesar da grande derrota de 1970, ocorreu uma renovação no partido com a eleição de algumas lideranças liberais progressistas que reforçaram um discurso mais sistemático e oposicionista que ultrapassa a crítica liberal e inclui objeções ao modelo econômico, além de acrescentar novas demandas sociais ao debate no parlamento. Os novos eleitos fortalecem o grupo que passou a ser chamado de “autênticos” em oposição à maioria moderada do próprio partido oposicionista.

Com a oposição radical praticamente dizimada, o apoio eleitoral da maioria da população ao partido governista parecia garantir a perenidade do regime, em razão, principalmente, do processo de crescimento da economia. Em outras palavras, o regime vigente ganhava um aparente fôlego para uma caminhada serena, pelo menos, por mais uma década. No entanto, antes da primeira metade de década, em 1973, a primeira crise do petróleo já dava sinais das dificuldades que o milagre teria pela frente. Mesmo assim, no campo interno, o apoio político do governo parecia inabalável, o que lhe dava segurança para manter o calendário das eleições legislativas sem atropelos.

Na contramão da fragilidade eleitoral do MDB e da própria campanha pelo voto nulo, começava a se esboçar um movimento de base pouco perceptível que agregou outras forças ao frágil MDB, que havia saído derrotado das urnas nas eleições de 70. Isso acontecia mais em alguns estados do que em outros.

É importante registrar uma tendência de mudança na compreensão do papel da opo-

sição legal por importantes setores da sociedade civil. Sem deixar de denunciar a violação dos direitos humanos, alguns setores oriundos da igreja, de profissionais liberais que estruturavam novas organizações da sociedade civil e até mesmo de remanescentes da luta armada, começam a se articular com o MDB, particularmente com a ala mais autêntica do partido. No estado de Pernambuco, pela sua tradição de Frente Popular, a inserção de outras forças políticas, da velha e da nova oposição, deu-se já no período ainda duro da repressão.

Não se tratava de nada organizado, sistemático ou orgânico, mas de um sentimento de que estava na hora de fortalecer o espaço da oposição institucional. As palavras de ordem continuavam sendo bem genéricas, como a luta pelo Estado de Direito e contra o Ato Institucional número 5. E essas palavras encontravam ressonância cada vez maior em setores da sociedade que até então ainda não participavam do embate eleitoral.

Um fato marcante do papel da oposição legal e que passa despercebida de muitas análises, foi uma estratégia desprezível de lançamento de uma anticandidatura na eleição presidencial indireta de 1973 para concorrer no colégio eleitoral contra o general Geisel, já ungido como candidato oficial. Por maioria, a convenção do MDB resolveu lançar uma chapa formada por Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho para concorrer no colégio eleitoral. Um gesto simbólico que podia ser erroneamente interpretado como um apoio ao colégio eleitoral, mas que possibilitou à oposição percorrer o País discutindo as teses da redemocratização.

Não se tem pesquisa conhecida para avaliar o alcance real desse gesto no imaginário popular. O que se sabe é que um ano

depois da aventura da anticandidatura, a população surpreendia o governo e a própria oposição, dando uma vitória expressiva aos candidatos ao Senado pelo MDB. Entre o esmagamento da oposição no início da década de 70 e o ressurgimento de um novo ânimo oposicionista (em 1974), tem-se que o milagre econômico vai se esvaecendo, e a própria classe média, beneficiária do ciclo anterior de expansão econômica, adere em massa à oposição.

O mais importante e inovador desse ciclo de legitimação do partido oposicionista foi o recado dado pela maioria da população, que indicou o caminho institucional para superar o regime, contrariando a tese de luta exclusiva por fora do sistema. Em pleno regime ditatorial, o protagonismo político e eleitoral é elevado a ator principal pelo eleitorado. Nesse contexto, a imprensa, mesmo sob censura, passa a fazer um papel fundamental na divulgação das teses da oposição. Papel esse feito tanto por veículos e empresas tradicionais de divulgação como também pela chamada imprensa alternativa. Nesse período, jornais como O Pasquim, Opinião e Movimento surgiram e passaram a ter grande audiência e penetração entre os intelectuais e a classe média.

MDB, caudal de insatisfação

Com resultados que revelaram uma grande surpresa, as eleições de 1974 assinalam o início da desconstrução do regime, como destacou a imprensa de vários países. O peculiar nesse novo quadro foi que tanto a oposição quanto o governo não esperavam o tamanho do descontentamento popular que o pleito revelou. A surpresa do próprio MDB em relação ao resultado se mostrou no fato de que, com poucas exceções, o par-

tido não disputou a eleição para o Senado em 1974 com seus quadros principais. Em alguns estados, houve uma clara improvisação de candidatos desconhecidos e sem vínculos partidários. Alguns dos principais líderes oposicionistas abdicaram da disputa majoritária com receio de perderem uma cadeira segura na Câmara de Deputados.

No terceiro volume de sua trilogia (Ditadura Escancarada), o jornalista Elio Gaspari destaca o ambiente causado pelo resultado dessa eleição, junto ao sistema e ao governo, ao relatar uma parte da fala de avaliação da conjuntura feita pelo presidente Geisel, em reunião com o alto comando das Forças Armadas. Na sua fala, o General Geisel deixa claro o dilema provocado pelo pleito.

“No quadro político, o grande problema que surgiu é o das eleições de novembro. O que essas eleições tiveram de importante para nós é que serviram de alerta para o governo. O governo vivia muito tranquilamente neste quadro político (...) mas, por baixo, nós não sabíamos o que estava acontecendo (...). A Arena é um partido extremamente fraco (...). O governo despreocupou-se muito com a política (...). Agora, ou nós cuidamos desse problema, ou então continuamos a não gostar de política e vamos sonhar com uma ditadura, que eu acho a pior solução.”

Na realidade, depois dessas eleições, o MDB foi se tornando um caudal que passa a canalizar de forma efetiva a insatisfação de amplos setores. Insatisfação tanto da sociedade organizada quanto de parcela expressiva do eleitorado, obrigando o regime a mudar as regras do jogo para não perder o controle total nas próximas eleições ou ar-

riscar um endurecimento para uma ditadura absoluta, que não interessava a todos os estamentos militares.

As eleições legislativas seguintes, as de 1978, ocorreram, contraditoriamente, em um clima de promessa de abertura política e de ampliação das medidas eleitorais restritivas que assegurassem a maioria governista no pleito e uma tranquila vitória governista na sucessão presidencial. No chamado “pacote de abril” do general Geisel, foi criada a figura do senador indireto (eleito pelas assembleias legislativas) e estabelecida a vinculação de votos para cargos proporcionais, além de determinar que a propaganda eleitoral gratuita ficasse restrita ao currículo dos candidatos. Ainda foi mexido na representatividade do voto com o aumento do número de parlamentares para os estados menos populosos.

Pluripartidarismo

Para manter o aceno no campo da abertura política, o governo fez aprovar, dois meses antes das eleições, um pacote de medidas liberalizantes, como a revogação do AI-5, o restabelecimento do habeas corpus e da autonomia do judiciário. O casuísmo extremo conseguiu reverter a derrota de 1974, porém, o desgaste político do regime já era evidente. O partido oposicionista seguia ampliando seu apoio, agora agregando um novo eleitorado urbano capaz de favorecer a eleição de novos quadros mais identificados com um ideário de uma democracia substantiva que empolgava a população mais jovem. A tradicional bandeira do restabelecimento do Estado de Direito, embora já usada anteriormente pelos oposicionistas, continuava sendo o carro chefe da oposição.

Contados os votos, a chamada mão pe-

sada do general Geisel impediu a repetição da acachapante derrota governista de quatro anos atrás. Na Câmara Federal, a Arena elege 55% da bancada de deputados contra 45% do MDB, o que obrigou o governo a mudar o quórum para maioria simples, exigido para a aprovação de emendas constitucionais.

Uma tendência que se configurava a cada eleição era o esvaziamento do respaldo popular à ditadura. O que se traduzia com as sucessivas vitórias do MDB nas grandes cidades e estados mais urbanizados do Sudeste e do Sul do País. O casuísmo do voto vinculado se volta contra o criador. No Estado do Rio de Janeiro, a Arena elege apenas 11 deputados contra 35 de MDB. Em São Paulo, são 37 da oposição contra 17 da agremiação governista. O Rio Grande do Sul também dá maioria à oposição. O Nordeste ainda manteve a hegemonia eleitoral do partido do governo, embora com um acentuado crescimento da oposição. No estado de Pernambuco, por exemplo, o MDB elege mais da metade da bancada federal, com destaque para a densidade política, ideológica e intelectual de boa parte dos eleitos. Tanto que a bancada pernambucana se tornou conhecida no Brasil como uma vanguarda combativa e a mais definida ideologicamente naquele período.

Aos poucos o Brasil passa a viver numa situação pendular e ambígua. A ditadura já não existia com todos os seus instrumentos de exceção, mas a democracia não estava plenamente instalada. A estratégia de Geisel o fez manter o controle no atacado, possibilitando a eleição do general Figueiredo como sucessor pelo colégio eleitoral em dezembro de 1977.

Com o repetido êxito eleitoral do MDB, o regime bipartidário passou a não ser mais

funcional ao regime militar, porque tendia a transformar cada eleição em um plebiscito. A saída do regime foi instituir o pluripartidarismo sob o pretexto de ampliar a redemocratização do País e consolidar a anistia política. O objetivo mais imediato era cooptar parte do MDB para um partido moderado, de apoio ao governo, que garantisse a continuidade das regras do regime militar em um período de transição, evitando surpresas pelo surgimento de posições mais radicais em relação aos membros do regime no momento da anistia. O comando do governo precisava responder à pressão da sociedade e passar segurança aos bolsões recalcitrantes do sistema de que a abertura não significaria punições para os que atuaram nos porões do regime.

Três novos partidos

Com as mudanças na legislação do ordenamento partidário, a Arena se transforma em Partido Democrático Social (PDS), e o MDB, apesar de denunciar o casuísmo, adapta-se e passa a ser denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O resultado efetivo da manobra do pluripartidarismo foi de saída a fundação de três novos partidos. Da ala mais moderada do MDB e de alguns dissidentes da base governista surge o Partido Popular (PP). O PP teve vida curta e voltou a ser incorporado ao PMDB. Da herança do velho trabalhismo surgem duas agremiações. O PTB, mais claramente influenciado pelo governo, e o PDT, liderado pelo ex-exilado Leonel Brizola. Nesse quadro, também surge o Partido dos Trabalhadores, constituído pelo novo sindicalismo do ABC Paulista, por representantes de comunidades de bases da igreja católica e de rema-

nescentes da esquerda mais radical. Os partidos mais tradicionais da esquerda, como o PCB e o PCdoB, preferiram continuar abrigados ainda no PMDB.

Uma opção política assumida pela oposição que fugia das rédeas curtas que o governo tentava segurar, ainda no período do general Figueiredo, foi a decisão de realizar uma ampla campanha popular e pluripartidária pela volta das eleições diretas para Presidente da República. A primeira manifestação pelas Diretas ocorreu na cidade de Abreu e Lima, na região metropolitana do Recife, organizada pelo PMDB local e com presença de menos de mil pessoas. A última foi em São Paulo, um ano depois, com a presença de 1, 5 milhão de pessoas. Sob a batuta de Ulysses Guimarães, o movimento ganhou a adesão de todos os políticos de oposição, de artistas, intelectuais e desportistas. Entre março de 1983 e abril de 1984, foram realizadas aproximadamente 35 manifestações, que encheram as praças das principais cidades do País.

O governo manobrou no Congresso e derrotou a emenda pelas Diretas. Mesmo assim, com o prestígio já bem abalado, perderia o controle do próprio Colégio Eleitoral. A sua própria base eleitoral se dividiu e surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL), que em aliança com o PMDB elegeu para presidente da República Tancredo Neves, de Minas Gerais, um político liberal, conservador e com grande capacidade de conciliação. Com a eleição de Tancredo Neves, encerra-se o ciclo dos presidentes militares e começa a efetiva transição para a democracia.

Logos após a eleição do peemedebista moderado Tancredo Neves, o país vive simultaneamente uma tragédia e uma comédia. A tragédia foi a enfermidade do velho líder às vésperas de assumir a presidência.

Sua morte, logo em seguida, provocou uma comoção em todo País, com a população chorando como se o presidente falecido tivesse se imolado para salvar a democracia no Brasil. A comédia estava no fato do sucessor de Tancredo ser José Sarney, ex-presidente do PDS, político que transitou todo o período anterior em postos-chave no regime militar e só no último momento passou para o PMDB para compor a chapa com Tancredo Neves. Nesse episódio parecia que estava o vaticínio do que viria a ser o PMDB em futuro próximo.

A história daria oportunidade ao PMDB da resistência de escrever o epílogo da luta democrática, dando ao País um Estatuto Jurídico que se tornou uma referência internacional. Na verdade, o protagonismo foi muito mais de seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães, do que do conjunto do partido. Tirando forças de sua retidão e coragem no enfrentamento à ditadura, ele articulou, brigou, fugiu das armadilhas de membros de seu próprio partido e da nova aliança governista, e entregou à nação um símbolo de esperança que foi a Constituição Cidadã.

“Partido ônibus”

A história mais uma vez mostrou que não caminha de forma linear e pregou uma peça em muitos que ajudaram na luta contra o arbítrio. Como uma espécie de “partido ônibus”, onde não existem critérios de acesso, o PMDB passou a parar em estações que variam de acordo com as conveniências e interesses de seus integrantes. A partir da consolidação da democracia no País, o PMDB passou a navegar em mares turvos. Sua imagem de resistência à ditadura deu lugar a uma imagem veiculada à ob-

tenção desmedida de votos, ao aceno incontido de preenchimento de cargos, à cooptação política e à promiscuidade entre o público e o privado.

O PMDB se transformou, desgraçadamente, em uma federação de líderes sem vinculação programática. O estilo atual de fazer política do partido está sempre focado no fisiologismo e em dar estabilidade congressional a qualquer coalizão presidencial, o que tem um custo ético muito elevado. No momento em que o País passa por uma das maiores crises políticas e econômicas de sua história recente, vemos o PMDB dar mais uma demonstração de como se tornou um partido incoerente com sua história de luta e resistência.

Seus líderes atuais ocupam cargos-chave no governo do PT, que está se comprovando ser um dos mais desastrosos e corruptos de nossa história. Um governo que

em nome de um projeto de poder subverteu a lógica e a ética a seu favor. Que aparelhou empresas públicas e fez com que empresas privadas financiassem de forma escusa suas estratégias de atuação. Um governo que troca ministérios em busca de apoio sem estabelecer nenhum critério. Na verdade, qualquer partido sério passaria longe de um apoio a tudo isso que estamos vendo, mas o PMDB insiste em seguir caminhando junto a esse governo falido e mentiroso.

Enquanto o PMDB segue nessa via tortuosa e sem rumo, com as suas divergências internas sendo classificadas como briga por mais poder e espaço, os nichos minoritários de resistência dentro do partido continuam a buscar caminhos e posturas éticas e coerentes no cenário político atual. Tarefa difícil, é verdade, mas quem escolheu a política como forma de colaborar com a transformação social de um povo nunca teve vida fácil.

O PT Perante Uma Solução Prática e Um Enigma Teórico

.....

TARSO GENRO

I

A afirmação de Isaiah Berlin de que "as utopias são perigosas" é um enunciado de um grande pensador democrático, confortável para qualquer tipo de pragmatismo. As utopias podem ser perigosas, como podem ser relevantes para a humanização do mundo, assim como não ter utopias não define a priori o sentido da existência política de qualquer pessoa.

Lembremo-nos que Nixon promoveu no Vietnã – dentro da lei aceita como legítima nos EUA – parte do que Hitler fez no mundo depois da derrota da República de Weimar. Bush legalizou a tortura – método inquisitório medieval – para combater os inimigos da democracia americana, sem deixar de ser "democrata". Ambos foram antiutópicos, pragmáticos e realistas.

.....
TARSO FERNANDO HERZ GENRO nasceu em São Borja, RS, em março de 1947. Advogado, com livros e artigos publicados na área do Direito e da Teoria Política, foi deputado federal, prefeito de Porto Alegre em duas oportunidades, ministro de Estado, entre outras pastas, da Educação e da Justiça, durante os governos do presidente Lula. Foi governador do RS entre 2011 e 2014 e presidiu o Partido dos Trabalhadores. Professor convidado, palestrante e conferencista em universidades do país e do exterior. Lidera, com outros dirigentes nacionais do PT, a corrente "Mensagem ao Partido", que postula uma radical renovação programática e ético-política do Partido.

Uma crítica da crise do PT só adquire sentido superador se partir da premissa que democracia, esquerda, socialismo e república são caminhos para a emancipação dos indivíduos e a afirmação das suas liberdades num Estado Democrático, erigido para ser justo e promover a máxima igualdade, sem precedência de uma sobre a outra. A democracia é, portanto, como uma utopia que pode nutrir-se do melhor do marxismo, da teologia da libertação, de Gramsci e Norberto Bobbio.

O rumo desta utopia, contrariamente ao que Engels diz no seu "Do socialismo utópico ao socialismo científico", deve caminhar "do socialismo científico ao socialismo utópico": da exploração do homem pelo homem para a cooperação, de mais desigualdade para mais igualdade, de menos democracia para mais democracia, de menos Estado Público para mais Estado Público, de menos ditadura do mercado e exploração predatória da natureza para modelos de reconciliação racional e produtiva do homem com a naturalidade.

Sartre, que defendeu o marxismo como filosofia insuperável do nosso tempo, não regeitou com a utopia humanista quando disse ser necessário um pensamento "que se dê conta do marxismo, para ultrapassá-lo, para resgatá-lo e retomá-lo, envolvê-lo em si para

chegar a um verdadeiro socialismo”. Essa crítica Sartre fez ao constatar que o marxismo tornara-se uma “filosofia de poder” na Rússia soviética. Ela também deve ser a nossa crítica da cultura política do Iluminismo, quando ele se tornou "sistema" de poder.

Dezessete anos é muito para uma geração, mas é um curtíssimo tempo na história de uma crise, cujo momento agudo sempre levanta mais problemas do que permite resolvê-los. Em 1999, num debate promovido pela revista "Praga" (Ed. Hucitec, S.Paulo), com Emir Sader, Marco Aurélio Garcia e Milton Temer, cujo tema era "Para onde vai o PT", fiz uma intervenção que adoto como enunciado para examinar a crise do PT: "O PT é um partido democrático de inspiração socialista, que surge no interior da crise do socialismo em escala mundial. Sua ideia e seu movimento político geral é promover transformações que gerem menos desigualdade, mais participação direta da cidadania, com uma inserção autônoma e soberana do país na ordem econômica internacional. Sua relação com o socialismo, como generalidade abstrata, vem do fato que ele é caudatário das correntes socialistas, social-democratas de esquerda, comunistas e cristãs revolucionárias, que se opunham ao modelo soviético e ao modelo chinês. É impossível dizer, porém, que o PT tem um modelo de socialismo acabado”.

Nestas quase quatro décadas da sua existência, o PT cumpriu o "programa mínimo" de menos desigualdade, mais participação direta da cidadania e promoção de uma inserção mais soberana do país na ordem internacional, reestruturada com o fim do sistema soviético. Depois da crise do socialismo real e do início da experiência chinesa, a questão da “inspiração socialista” não pode ser considerada modesta, pois é suficiente-

mente ambígua para abraçar a utopia como pretensão não dogmática de máxima igualdade possível com democracia.

Naquela quadra da história, a defesa daquela posição, há 17 anos, partia de uma desconfiança intuitiva que as esquerdas mundiais, entre as quais se incluía o PT, iriam demorar décadas para formular os novos modelos que respondessem à quebra, tanto do comunismo histórico como dos regimes sociais democratas. Havia também dificuldades para compreendermos que os avanços igualitários uniformizados, do modelo soviético, não bastavam para apontar aquelas revoluções como referências permanentes do socialismo. Tudo levava à hesitação para aceitar, também, que a social democracia não foi uma “traição” ao socialismo dito revolucionário, mas uma opção histórica que atraiu os assalariados para a imediata possibilidade de melhorar seu padrão de vida, sem os sacrifícios da experiência soviética.

Impasses do partido

De lá para cá, aquelas duas experiências de mudança, que impactaram o século passado e guiaram as lutas proletárias sucumbiram. A social democracia pendeu para o liberalismo econômico, sem deixar de ser politicamente democrática; e o comunismo histórico – como o designava Bobbio – nos países que estavam sob seu domínio, foi destituído por “revoluções liberais”.

A NEP “oriental” da China – referência à “Nova Política Econômica” na Revolução Russa após o “Comunismo de Guerra” – prolongou, formalmente, a ideia socialista como transição ao comunismo, mas o fez fermentando um economicamente competente capitalismo de Estado, sem democra-

cia política, como se conhece a democracia no Ocidente. Fizeram-no com instituições públicas, mistas e privadas, voltadas para combater a pobreza e distribuir renda para centenas de milhões de pessoas (Para a implementação destas reformas, a China contou com apoio do Ocidente capitalista e hoje promete a "retomada" do socialismo daqui a 50 anos).

A ideia do projeto do novo socialismo democrático, que estávamos decididos a construir no PT – premidos pelas circunstâncias de "governar" e apresentar respostas dentro da ordem – foi fruto de um acordo político destinado a solucionar os impasses que atravessávamos. Eram impasses típicos de um partido que estava rejeitando, tanto a social democracia clássica, como o comunismo realmente existente, que foi acordado com a fórmula "revolução democrática". Era uma solução prática e honesta, num vácuo de paradigmas socialistas, que revelava um desejo, mas que não enfrentava o enigma de "qual socialismo", senão pela inspiração do compromisso com o ideário abstrato de socialismo. Socialismo sueco? Transição chilena? Modelo cubano? Restauração dos "soviets"? Restauração de Mitterrand? Nada disso ficava transparente.

A fórmula não respondia, portanto, o que seria a "revolução democrática", mais de 200 anos depois da Revolução Francesa e mais de 150 anos após o Manifesto Comunista. Quais as novidades nas instituições do Estado? Como ficariam as relações entre o público e o privado? Quais as formas de organização da produção? Como seria o sistema político que ao mesmo tempo fosse democrático e estável, para se opor a retrocessos através de golpes de Estado, como ocorrera no Chile? E mais, como seria um sistema de poder democrático, com contro-

le "de baixo para cima", pois, como partido da democracia e do pluralismo, o socorro à estabilidade política não poderia ser a "exceção" permanente.

II

A crise do PT, porém, não é uma crise exclusiva sua, nem característica específica dos partidos de esquerda. Ela tem seus "motivos próprios", estimulados pela incorporação – nas práticas do Partido – de métodos de governabilidade tradicionais e pela assimilação das formas de financiamento espúrio, que acompanharam a nossa vida republicana.

Diferentemente de uma organização política que pretende só acomodar o país, na ordem do capital financeiro, o PT pretende integrá-lo de forma soberana e cooperativa no mundo. Como este impasse permanece, ele é um dos motivos de fundo desta crise, que se conjuga com outros, não exclusivos. Refiro-me à falta de capacidade dos partidos, dentro do atual sistema político, para travar a decadência do sistema de representação. Incapacidade que é potencializada pela superação da "forma partido" – típica da modernidade capitalista industrial – comum a todas as democracias. Os novos processos de organização da produção e a reestruturação fragmentária das classes e dos processos do trabalho, pelos quais as pessoas se relacionam com a totalidade social, não se combinam mais com a forma partido construída na modernidade, o que fragiliza a representatividade política dos partidos. Os partidos modernos, verticalizados a partir de um núcleo superior, se apoiam em estruturas intermediárias enraizadas regionalmente, que se vinculam a uma base militante – permanente ou intermitente – capilarizada na sociedade. O mais comum é que

eles queiram representar "interesses de classes", definidas a priori, pela doutrina e pela prática destas direções. Mas, as classes não são mais as mesmas da modernidade industrial e estas relações e pretensões de representatividade se tornam artificiais.

O PT foi fundado com esta pretensão de nexos classista. Os nexos de representatividade política, hoje, não mais se realizam por fórmulas doutrinárias ou mesmo pela participação cotidiana nas lutas econômicas de quem quer que seja. Nas condições atuais, o nexos partido-classe não se desfez, mas se relativizou e se tornou mais complexo. As mudanças na estrutura das classes e na relação política entre elas, também geram crises de projetos históricos. O debate sobre a reforma política, sobre o câmbio, sobre os direitos da sexualidade, sobre as questões ambientais, sobre novos e novíssimos movimentos, sobre o conflito dos informais com os trabalhadores formalizados, sobre a imigração e a taxa de juros, são exemplos disso.

As classes e setores de classes, vinculados ao mundo assalariado, há décadas vêm se relacionando de forma diferente daquilo que foi a base "ideal" do mundo do trabalho, na Segunda Revolução Industrial: o "eyes of master" foi substituído pelo controle dos resultados, a cooperação horizontal entre as empresas substituiu as grandes plantas unificadas; o emprego permanente diminuiu; a autonomia formal dos prestadores dos novos serviços – abrigados em novas tecnologias – é novidade importante; os serviços e as terceirizações romperam os conceitos de categorias econômicas e profissionais; a intermitência, a meia jornada e a precariedade constituem novas necessidades do processo de acumulação, num mundo que é refém do capital financeiro globalizado.

Nestas condições novas seria de estranhar que as instâncias políticas do Estado e os partidos – que transitam da sociedade civil para o Estado e deste para sociedade civil – não sofressem impactos profundos. Não só na sua capacidade de representar a sua base social e eleitoral, mas também na sua capacidade de implementar as suas "promessas", que dependem de fundos públicos ordinariamente indisponíveis, bem como da sustentação dos seus programas na burocracia estatal e no parlamento.

A identidade dos trabalhadores não é mais, principalmente, determinada pela sua inserção no trabalho. Ela se origina de uma relação mais complexa, que, se ainda tem como "base" o trabalho, deriva de novas influências, face às mudanças nos processos de produção na era digital, pela robótica, "infodigitalidade", telemática, pelo surgimento das redes sociais, pelo império da subcultura midiática da violência e do individualismo, pela força mítica que adquiriu o consumo, turbinado pela obsolescência programada.

Estas transformações culturais, econômico-financeiras e produtivas, imprimem no sujeito político "burguesia" ("financeirizada"), nos assalariados e nos demais prestadores do mundo laboral, a necessidade de novas representações, exigidas, inclusive, pelas profundas alterações no seu modo de vida. A necessidade de aumentar a oferta de emprego industrial, por exemplo, já está em contradição com a necessidade de preservação da vida no planeta e com a preservação das comunidades originárias. Estas novas polaridades são as que mais alimentam o cotidiano da política. A impermeabilidade burocrática do Estado às formas diretas de participação cidadã, articuladas com a representação política tradicional (visando à produção concerta-

da de políticas públicas), aprofunda o desgaste do sistema político, dos partidos que o sustentam e estimula o surgimento das pautas dos novos movimentos sociais (Boaventura de Sousa Santos) que já dizem, formalmente: "não nos representam".

Utopia socialista

A polarização clássica entre burguesia industrial e proletariado, que originou o contrato social-democrata e deu fundamentos teóricos e bases práticas às revoluções socialistas do século passado, mudou. E o fez de forma a não raramente dissolver as polarizações clássicas em lutas fragmentárias, por direitos dentro da ordem. A inserção dos imigrantes, as lutas pela produção de alimentos saudáveis, a questão da fruição dos espaços urbanos nas grandes metrópoles, a mobilidade urbana, a habitação digna, a inclusão-exclusão digital, a luta contra a "exceção" policial (que atinge especialmente os mais pobres), os direitos de gênero e da condição sexual, as discriminações culturais e raciais, a proteção do emprego e da atividade laboral autônoma, bem como o surgimento de uma certa vocação fascista nos setores médios são fortes desafios para a esquerda contemporânea.

Num partido vinculado à utopia socialista (ou a uma visão social-democrata de esquerda), a crise pode ter um efeito demolidor, já que o motor destes partidos é a subjetividade humanista, que mobiliza a sua militância voluntária. A menos que o partido se torne um cínico exército de militantes pagos, aquela subjetividade militante em defesa das suas utopias é o que pode mover estes partidos. Já nos partidos "realistas" não utópicos, a questão é mais de "mercado" de apoio, do que de subjetividade libertária.

A crise do PT chama mais atenção do que a crise dos demais partidos, pelo seu longo período de governo e pelos enfrentamentos que promoveu com as visões neoliberais: o bloqueio das privatizações selvagens, as políticas de "cotas", os vultosos recursos destinados à agricultura familiar, o Prouni, a expansão das universidades públicas, o bolsa-família, a espetacular valorização do salário-mínimo, a promoção de sindicalistas à condição de gestores públicos (ao lado de grandes empresários), o recebimento dos movimentos sociais na mesa política da democracia e a política externa soberana foram conquistas importantes que amadureceram a democracia brasileira. Estas políticas, porém, despertaram um profundo repúdio do nosso elitismo conservador de tradição escravista, mesmo que o país se mantivesse dentro do esquema predatório da economia financeira global. Mais ou menos adequado ao tempo histórico que vivemos. A verdade é que aquele modelo, com todas as suas limitações, mudou para melhor a qualidade de vida de milhões de pessoas e abriu um novo ciclo de modernização democrática e social.

Por outro lado, o Partido emergiu na cena política do país, como se pudesse manter – dentro da selva política tradicional – um patrimônio ético, não só "distinto" (o que seria possível), mas radicalmente "oposto", ao que sempre caracterizou nosso medíocre republicanismo. Tal "oposto" moralista e muito pouco realista para atuar nos cenários políticos tradicionais não prosperou e trouxe ao PT um grande prejuízo. O mínimo óbvio, que não foi considerado, quando esta posição "udenista" tomou conta do PT é que a democracia que contém as liberdades políticas também carrega, como seus irmãos siameses, os meca-

nismos de neutralização destas liberdades. E o faz através da força do dinheiro e dos poderes reais de classe sobre as instituições do Estado.

Com uma visão metafísica de si mesmo e uma confiança santificadora dos seus, o PT não constituiu mecanismos de controle realistas sobre a conduta dos seus dirigentes e militantes, mimetizando a omissão dos partidos, aos quais ele se opunha, no campo ético (de forma idealizada), embora não o tenha feito no campo político e social (com políticas sociais concretas). Os núcleos dirigentes do PT também não privilegiaram a reinvenção dos fundamentos republicanos, daquilo que seria um novo partido socialista e democrático-revolucionário, no Estado de Direito. Esta lacuna veio tanto de uma limitação pelo falecimento dos velhos paradigmas social-democratas, como da nossa incapacidade de avaliar os acontecimentos revolucionários e reformistas do século passado. A grande liderança de Lula, carismática, pragmática e politizada – com seu reconhecimento acima das correntes e tendências – foi o que permitiu ao PT, sem uma doutrina socialista definida e sem uma hegemonia interna legitimada, dotar-se de uma certa coesão para fazer o país avançar, ainda que sem reformar o Estado para torná-lo mais democrático, e sem promover uma reforma política para torná-lo mais controlável pela delegação eleitoral.

O debate sério de novas formulações doutrinárias – reconhecida a quebra dos paradigmas da Revolução Russa e a vitória ideológica do neoliberalismo – permitiu abrir um debate esclarecedor sobre a natureza de um novo “partido dos socialistas”, para executar reformas dentro do capitalismo, e depois transitar para um novo modelo socialista e democrático. Seria como bus-

car outro resultado, com propósitos unitários (não de esmagamento dos divergentes) do debate do início século XX, entre a socialdemocracia, comprometida com eleições livres e desiguais, na democracia dita burguesa, e o comunismo histórico, comprometido com a ditadura burocrática do partido-estado, subordinado ao ritualismo dito totalitário dos “soviets”.

Desafio de construir um partido novo

Objetivo seria chegar a uma síntese coerente, para superar o bolchevismo tradicional (por ser, este novo partido, democrático), mas também que fosse adequada (por ser, também, este novo partido, socialista) para superar as formas passivas de adesão a um Estado de Direito alheio às promessas da sua Constituição. Internamente, o acordo informal de sobrevivência do PT – entre o bolchevismo tardio e o economicismo sindical – calcinou o debate sobre a utopia democrático-socialista e, externamente, promoveu um sistema de alianças de sobrevivência dentro da ordem. O PT fixou-se, então, neste fim de ciclo, como partido de esquerda, progressista e democrático, mas já tradicionalizado e conformista. O fim da utopia comunista, tal qual foi constituída no Leste, de uma parte, e a decadência da social democracia, tal qual foi constituída na Europa, de outra, tiveram grande influência neste resultado. O seu desfecho não é uma “traição” às suas origens, como pode querer concluir uma leitura da crise, mas é consequência da impotência da esquerda – não só nacional – para enfrentar, com novos contingentes sociais, não só oriundos do mundo do trabalho, o domínio pleno do capital financeiro sobre o Estado, novo regulador “materialista” da

vida, numa situação dramática e instalada num período tão curto.

Ainda permanece o desafio de construir um partido novo, que pode ser um PT refundado, apropriado para a democracia e para o socialismo democrático, como o foram, ao seu tempo, o partido leninista e os partidos social democratas de alguns países europeus. Aquele, para enfrentar a autocracia (no seu "elo mais débil") – situação histórica específica da Rússia czarista – estes para

construírem novos modelos de democracia social com liberdades políticas. Esse desafio, ao que tudo indica, não será respondido exclusivamente pelo PT, mas se for respondido, será pelo conjunto da esquerda partidária e não partidária, a partir das experiências de governo, das novas experiências de luta e da renovação do nosso arsenal teórico, para interpretar os desafios de um mundo da globalização financeira cada vez mais cruel, violento e militarizado.

PT: O Tratamento Errado Do Erro

.....
PAULO DELGADO¹

I

Não é a primeira vez na história da esquerda que a origem e o crescimento da crise de seus partidos estão no tratamento errado do erro. Quem não reconhece o erro não vive a dificuldade moral da sua atitude e se condena a repeti-la. Porque erro não se melhora. Erro, para que a vida não seja desperdiçada, deve ser abolido. Especialmente em países como o nosso, onde a democracia ainda não exige dos agentes públicos um piso institucional básico impossível de ser ultrapassado. Talvez por isso a honestidade continue entre nós uma coisa própria da índole pessoal de cada um, uma vez que a igualdade perante a lei não impõe nenhuma exigência ao comportamento. Quando for capaz de aceitar que a cada um só cabe o que lhe é devi-

.....
PAULO GABRIEL GODINHO DELGADO é sociólogo com mestrado em Ciência Política pela UFMG. Foi fundador do PT, membro da sua primeira Comissão Executiva Nacional e secretário de Organização e de Relações Internacionais do partido. Foi presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. É autor da Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Deputado Constituinte de 1988, exerceu mandatos até 2011. Articulista de O Globo, assina a coluna de política internacional dos jornais Correio Braziliense e O Estado de Minas. Coordena o escritório nacional do CIEE. É consultor nas áreas de política, educação e trabalho.

do, talvez a política aceite inscrever a justiça no catálogo das virtudes. E dormir o sono tranquilo de Whitman: “não aceite nada que não possa devolver aos demais nos mesmos termos”.

O PT original se reconhecia a si mesmo como objeto cultural e moral, um universo próprio que o protegia de se entregar indefeso ao entorno que criticava. Tinha noção de arte na política, encobria-se de mentalidade social e não aceitava lentidão na defesa das teses comportamentais que o distinguiram. Embora iludido com a ideia de que as regras do jogo poderiam ser infringidas e mudadas pela sociedade, mobilizada pela

.....
1. Este artigo é uma compilação de minhas ideias nos últimos 36 anos. Foi (re)escrito com base, especialmente, nas seguintes fontes: (1) “O PT foi criado para ser oposição”, Diário Mercantil, 1980 (2) “Mais votado do PT em Minas é parlamentarista”, Jornal do Brasil, 1985 (3) “Casa Nostra: O que é o Congresso numa visão de um parlamentar que se recusou a virar suco”. ISTOÉ (Páginas Vermelhas), 1990. (4) “O Atirador de Elite do PT”. Estado de Minas, 1995. (5) “Alianças preocupam petistas históricos”. O Estado de S. Paulo, 2003. (6) “Brasil de Luiz Inácio da Silva”. Conferência em Roma no Congresso Idee e Forze Progressiste in América Latina e in Europa, promovido pelo partido Democratici di Sinistra, 2004. (7) “O Congresso não é um Clube Social”. Valor Econômico, 2005. (8) “A publicidade levou a nossa alma”. O Globo, 2005. (9) “A Problemática do PT”. Em Crise Política e Reforma das Instituições do Estado Brasileiro, organizado por João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Cavalcanti, José Olympio, 2005. (10) “O Desiludido Utopico”. Valor Econômico, 2010. (11) “O Tratamento Errado do Erro” O Globo, 2014 (12) “Mortos sem Sepultura”. O Globo, 2015. (13) “O PT chamou o urso para dançar”. Valor Econômico, 2016.

polarização constante entre povo e elite, evitava ações que ameaçassem o universo cultural dos seus apoiadores. Sua procura por igualdade social, econômica e política fluía, principalmente, das ideias socialistas, cristãs, comunitárias e de todo o mundo sindical, operário ou não. Sua visão de funcionamento interno vinha das organizações da esquerda não soviética, da crítica ao monoteísmo trabalhista que estatizou os sindicatos. O novo sindicalismo, de onde surgiu, prometia enterrar a era Vargas e, como quem quebra os elos da cadeia que fundiu a aristocracia sindical à burocracia estatal, libertar, pela livre negociação e a livre concorrência, o controle da vida econômica e os trabalhadores da proibição de enriquecerem. Era o fim do ciclo “imposto-autoritarismo-obediência-massa-favor-dissidência” que não deixa a economia prosperar. Sua crítica ao Estado de privilegiados, identificados como usurpadores; sua luta para transformar os sindicatos em organismos de defesa dos trabalhadores e não em cidadela de uma aristocracia trabalhista; seu desgosto diante do viciado jogo de pseudoproblemas presentes na intermediação política partidária; e seu compromisso de considerar a ambição uma droga facilitaram a curiosidade sobre ele, aumentando sua visibilidade social. O Brasil clamava por um delírio novo e queria ver a esperança como uma categoria política. E, por isso, sua aceitação por todos os segmentos sociais esclarecidos – todo mundo admirava pelo menos um petista – o fez credenciado, pelas regras eleitorais, a pleitear e assumir a gestão do Estado, para modernizá-lo e dar vez e voz ao povo.

Protegido pela ideia de que o Brasil é um país experimental e onde tudo está um grau acima ou abaixo do bom senso, avesso

à exigência e à dificuldade, o PT, para um observador de costumes, é também um produto do microfone e do autofalante. Só falava do que lhe faltava. Foi uma escola de oradores radicais, impulsionada pela ideologia da pura liberdade de expressão, em que a loquacidade verbal e a gesticulação teatral, um trabalho de demolição e de exaltação simultâneas, escondiam, muitas vezes, a precariedade emocional e a limitada percepção da realidade. O portador do modo petista de falar, um método ritmado de fazer o orador um especialista em discorrer sobre tudo e todos, tinha a missão recrutadora de arrastar multidões na busca incansável pela justiça, recusando e condenando as condições gerais impostas ao país pelo patronato político e os donos do poder.

O PT nos anos 1980

O PT do poder, distraído em relação a esse impulso e a essa natureza, converteu-se, como fator de transformação de costumes políticos, em inválido educador. Não se importa com a erosão da sua base social, provocada por alianças reacionárias e abandono de princípios e programas, mantendo-se indiferente ao perigo de que uma clara divisão no interior da nação pode levar o povo a ser conquistado numa perspectiva antagônica às ideias progressistas. Defensor de políticas que correspondem às necessidades do sistema financeiro e dos grandes construtores predadores do Estado, só não pode ser considerado parte de um governo análogo aos governos conservadores por causa de seu enraizamento social e da presença de quadros de esquerda na sua direção. Ao reforçar a ilusão da sociedade de esperar tudo do Estado, estimulou a perda da liberdade do indivíduo ao oferecer-se

como um laço da ligação entre a autoridade pública e o mando político. E, nesse ócio que é viver o pensamento e o interesse do outro, não alcançou a capacidade de entender a realidade da violência, da desigualdade, a partir das suas conexões com a economia ultrarregulada e o protecionismo, que impedem a inserção elevada do país ao sistema econômico mundial. Sem se dar conta de que incluir-se na desigualdade não é inclusão e que nível de renda não é o mesmo que classe social, ainda que tenha impulsionado a ideia da justiça para os carentes, em um país constituído pela falta, pela incapacidade de sustentar a estabilidade que prometeu, viu-se enredado na mesma ilegitimidade estrutural em que sempre viveu a elite do país.

I

O PT, nos anos 1980, se organizou com duas características muito fortes. A primeira: um partido de massas, amplo, aberto, dissolvendo a ideia de que havia um operariado homogêneo, uma classe social dirigente. Foi a superação do discurso da esquerda clássica que o fez crescer. Poderia ter sido um partido de classe, um PO, operário, esquerdista e isolado. Poderia ter sido um PA, partido dos assalariados, classe média, intelectual, mas, ainda assim, estaria aquém das necessidades do Brasil. Decidiu, corretamente, que seria um partido de base, dos trabalhadores, de arregimentação livre e universal. A dificuldade pública inicial na projeção de sua imagem foi com a semântica do próprio nome e se refletiu no slogan restritivo da primeira eleição – “Trabalhador Vota em Trabalhador”. Não compreendeu, plenamente, pressionado pelo senso de dever com os oprimidos, compromisso das Comunida-

des Eclesiais de Base da Igreja, e a vigilância arrogante da esquerda organizada, que trabalhador é todo aquele que vive do seu trabalho, podendo o empresário também ser PT.

Em segundo lugar, uma forte noção de hierarquia, base ativa e disciplina interna. Tornou-se, em 25 anos, um grande partido de massa, amplo, com fidelidade partidária, mais de 800 mil filiados com carteira, contribuição financeira regular, endereço conhecido e sede própria. Coisa rara em um partido brasileiro. Não havia filiação que não fosse resultado de militância e ativismo político, o que dava uma turbulência interna permanente, um politeísmo relatado com orgulho e batizado de direito de tendência, que não comprometia a unidade de ação. Até a chegada ao governo, que para muitos foi pouca coisa, pois não significava o poder, na retórica do esquerdismo! O certo é que essa liberdade de formação de tendência e frações, um princípio caro aos partidos não stalinistas, impulsionou fortemente o crescimento partidário quando na oposição, pois se converteu em expediente usado para aumentar o alcance social e político da legenda na captura de filiados. Mas, no governo tornou-se um fator de esterilização da imaginação política, já que, funcionando como direito à facção, virou um dispositivo de poder que bloqueou a ascensão dos independentes: “intelectuais orgânicos” da causa geral, mas quadros inorgânicos em relação aos interesses do aparelho partidário. Sem ser de tendência, a inteligência na esquerda não serve para nada. A virtude programática que fundamentava a democracia interna se revelou, então, disfuncional para o exercício do poder de governar para toda sociedade. O expurgo dos dissidentes, além de sinalizar para uma decisão sombria da direção, não acalmou a natureza conflitiva

original. A tradução institucional do fenômeno materializou-se na forma bizarra de lidar com os diversos segmentos internos que se consolidaram como força política. O mar de ministérios que o governo foi obrigado a inaugurar para acomodar todos os aliados – internos e externos – levou ao extremo o expediente de usar o tamanho da máquina pública permanente para servir à composição política transitória.

Por não ter se reconhecido no Estado que combateu evitando alianças políticas mais amplas (a fim de conquistar pelo voto o sentimento de mudança total), o PT caiu no ardo do eleitoralismo oposicionista que o projetou. E governa como se estivesse em campanha permanente, experiência que adquiriu com as “Caravanas da Cidadania”. E hoje, ainda que precise de estabilidade e continuidade para governar, não se sente confortável como partido da ordem, destino de todo partido com responsabilidade de governo.

De sua origem até hoje, predomina no PT uma característica meio espanhola, meio italiana, contrista, do contra. Esta tradição o fez adversário do esforço, feito nos anos 1990, para modernizar o Estado através do Plano Real, das privatizações, da Lei de Responsabilidade Fiscal, etc. É a conquista desse patamar de intervenção pública de interesse geral, alcançado contra a opinião do partido, que permite um freio positivo nessa crise, conduzida em crispção constante e, felizmente, ainda nas regras democráticas. Crise que é predominantemente política e partidária, e que se agrava desde o segundo governo de Dilma, quando contaminou definitivamente a economia e a vida social. Uma crise política prolongada, que está se tornando crônica ao alterar o desempenho econômico do país, ao bloquear a modernização do Estado ca-

pitalista e ao ameaçar o futuro das pessoas.

Evidentemente, instituições sólidas podem ser construídas a partir de crises como essa, desde que estabeleçam princípios para governabilidade social, jurídica e econômica, como ocorreu com o caso irreprensível de Mandela, levando ao fim do apartheid na África do Sul (de cujo exemplo o PT pensou ser possível derivar indenização abusiva de perseguidos políticos e separar verdade de reconciliação). Além dos casos da operação “Mãos Limpas”, na Itália, hoje enterrada pela força do conservadorismo, e do Pacto de Moncloa, na Espanha, que o PT não se interessou em saber detalhes.

O partido do “contrismo”

Esse contrismo, um fascínio pelo oposicionismo triunfante, já havia levado o PT a não conseguir compreender o que foi a transição pelo Colégio Eleitoral. Ainda assim, era aceitável o argumento de que se tratava de ampliar as bases da abertura democrática acordada. Foi isso que deu fôlego para o vigor da decisão de não comparecer, enfrentar o isolamento, além de se distanciar de outras correntes de esquerda e punir deputados que aderiram à lógica da eleição congressional. O partido queria ser somente sua própria história, e não o interessava compreender os limites da transição que impôs a eleição indireta. Usou, com certa malícia, a decisão da sociedade em não o obrigar a ceder e se misturar à geleia geral partidária do país. Aceitou as justificadas esperanças que despertou de ser um projeto de esquerda alguns decibéis acima do costume histórico conciliador. E, como não era um partido comunista e pensava competir com o brizolismo junto à Internacional Socialista, a correlação de for-

ças, ainda que desfavorável no momento, bem que poderia se resolver a favor do PT. Como de fato ocorreu graças à longa transição política, que se revelou uma das mais estáveis da América Latina, derivando daí o que já é o maior período democrático brasileiro – início da Quinta República (o presidencialismo de coalizão e partilha do Estado, idealizado por Tancredo e iniciado no governo Sarney) que o PT condenou na origem e, contraditoriamente, usou e aprofundou quando chegou ao governo.

Cada filiado ao PT, quando o partido saiu vitorioso da eleição presidencial de 2002, era uma fração equivalente a 1/826 mil avos do pensamento do partido. Partido de tendências permanentes desde a sua fundação, tirou dessa natureza conflitiva original o ímpeto do Deus furioso do Velho Testamento, a água quente que batiza a oposição em nosso país, quando visa ao poder. Agora, por ironia, sente-se o cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo. Essa ideia de que não merece o benefício da dúvida, pois não o concedeu a ninguém, é para mim uma das marcas iniciais dessa crise que se prolonga. Tem a ver com o estilo, essa natureza de guardião da virtude alheia, pilhado em erro. “Os deuses quando morrem voltam como doença.”

E aquilo que a autocrítica, ou o temor do castigo, poderia ter corrigido como erro involuntário, por atribuí-lo aos costumes políticos, terminou na justiça como crime. A história de crítica a tudo quando se é oposição, considerando qualquer conduta dos outros má-fé ou crime, acabou seu ciclo sem conceder ao PT e aos seus líderes o benefício da dúvida. Hoje, como sempre, só a verdade salva, porque fica em pé por si só, permite preservar a realidade dos fatos. Em política, é essencial saber reconhecer a opinião de quem o vê e aceitar pedir desculpas. Porque

a honra é a visão que o outro tem de você.

O grande problema é que a honra pessoal não afeta mais a atmosfera que a política respira. E os desvios gostam mais da liberdade. Como no império do marketing e das redes sociais, o que importa é o resultado final, a glória ou o esquecimento, partidos políticos, de uma maneira geral, não veem mais a política como uma atividade pública, mas um expediente comercial, pulsão que explode como negócio e animosidade. Se der errado, basta um advogado e algum imbecil cibernético para tudo perder seu aspecto transgressivo, ilegal ou imoral. E o lugar de encontro dessa tolice, que está destruindo a arte na política, é a manipulação da internet, essa rede de controle privado da vida privada, em que a injúria é o segredo do êxito, no site em que triunfam o detratador e a asneira. Se quer continuar a se situar no lugar político que pretende, o PT precisa voltar a falar “por si só” e começar a formular uma razão compreensível do porquê não se indispôs com o habitat que condenava. E atentar também ao princípio, esquecido na última campanha eleitoral, de que a divergência política deve significar o direito de as opiniões se enfrentarem, sem as pessoas se aniquilarem. Afinal, o veneno que se usa contra adversários e que Dilma e Lula usaram contra Marina e Aécio, da mesma fórmula que Collor usou contra Lula, está baseado no desconhecimento de que, em tudo e por tudo na vida, a vingança sempre foi má conselheira: quem a executa se torna inferior à sua vítima.

II

A luta interna, o despreparo endógeno do país para enfrentar a competição internacional e a visão negativa do vaivém da

disputa democrática na sociedade criaram entre os petistas certo protestantismo político. Viam como virtude a contestação do monopólio dos políticos tradicionais, do capitalismo como o fim do mundo e, de resto, de toda nossa história progressa. O equivalente político da revolta religiosa contra o monopólio dos clérigos. Esse imobilismo dogmático fez com que o partido ficasse aquém da grandeza teórica da sua origem, nos anos 1980, e não o permitiu participar de forma mais criativa e organizada do processo de consolidação da democracia brasileira nos anos 1990. Assim, se na primeira década o PT foi um partido de construtores, ajudando a arquitetar e tencionar a democracia brasileira, ampliando-a e levando à regressão da ditadura, nos anos de 1990 foi um partido de usuários, seu principal beneficiário. O sentimento de não pertencimento à vida política normal do país e o desejo permanente de ruptura e de diferenciação foram as grandes marcas do PT sempre. O “tudo ou nada” congelava o Brasil no seu nível de compreensão culturalista tradicional e mantinha a ideia de “dois Brasis”, a redução da história a imagens, como principal vertente crítica de costumes tão ao gosto do marqueteiro. Apesar de o moderno se afirmar, atestado pela história comum com militantes de esquerda, que enfrentaram todas as ditaduras, e viam claros avanços institucionais na atualidade da época, como Apolônio de Carvalho, políticos progressistas, religiosos revolucionários, social-democratas, rigorosos intelectuais, como Florestan Fernandes, sindicalistas combativos e milhares de jovens politizados, a conotação insultante na interpretação da abertura política prevalecia. Parecia, aos outros partidos, ser uma contradição o fato de que dos socialistas, comunistas, democratas e

trabalhistas, que foram a origem da maioria dos quadros dirigentes do partido, o PT só querer ser crítico e predador.

Com a ascensão ao governo, o partido passou a enfrentar o desafio de formular e administrar a dimensão progressista de uma utopia oposicionista. E se deparou com uma fragilidade doutrinária e teórica que exigiu vigiar e punir qualquer crítica, interna e externa, que recebesse. Abalados os paradigmas originais, o partido passou, ao mesmo tempo, a não se importar mais com a qualidade de quem dele saía e nem com a solicitude de quem a ele se oferecia. Isto contribuiu para agravar a qualidade da sua prática. A esquerda mundial tem um limite na capacidade de gestão que é quase uma tradição. E seus governos são conhecidos mais pela tomada de decisão do que implementação de programas e projetos estratégicos. Assim, o governo do PT imaginou que a personalidade forte de seu líder, formado no horizonte curto da luta sindical, seria mais poderosa do que a característica longa e geral da política do Brasil. E, para quem alertava o partido de que a política é mais do que ter habilidade, não foi uma surpresa ver Lula dar a quem o queria derrotado o bem que o acusavam de pedir.

III

Pois no governo, logo que assumiu, sem maioria parlamentar e avesso à discussão de mecanismos mais democráticos e negociados de resolução de crises no presidencialismo, o PT percebeu suas insuficiências como partido no poder. Muito do que fez, e que foi considerado certo, era assim entendido pelo eleitorado mais pelo vigor da formulação do que pelo próprio conteúdo. E, por não ter se interessado em

aprender a fazer diferente, aprofundou de tal forma a coalizão parlamentar que vinha desde os anos 1980, que dali surgiu outra coisa, a coabitação, levando-o a desaparecer como partido original e a perder o controle do processo político e parlamentar. Desprestigiando o papel que interlocutores social-democratas, de centro e da esquerda democrática, no partido e no parlamento, poderiam ter diante dos diversos segmentos da sociedade complexa como é a brasileira e, expurgando internamente a dissidência de extrema-esquerda, Lula se sentiu à vontade para improvisar e salvar, a seu modo, o governo do fracasso. Agarrou-se aos defeitos do Estado – a burocracia não tem inimigos na América Latina – e sindicalizou toda a sua elite, ressuscitando o getulismo em todas as áreas. Como se viu diante do desconhecimento da gestão da política econômica, que não apoiava, mas tendo que ir a Davos já nos primeiros meses, aderiu aos seus fundamentos tão sem convicção que chamou um deputado tucano para ser o guardião da moeda. Logo que entesourou o suficiente, exauriu o modelo econômico anterior em improvisações que chamou programas de governo. Deu novo fôlego ao patrimonialismo, o capitalismo político praticado pelo Estado, contornou as flutuações do capitalismo econômico com crédito fácil, sem lastro ou critério, e, em dois mandatos distributivistas, sem modernizar o Estado ou estimular algum conteúdo produtivo e tecnológico novo, passou o governo para Dilma sem nada que revigorasse a vida econômica, política ou social do país.

É que durante todos os anos 1990, até a vitória, o PT viveu um paradoxo: de um lado o presidencialismo de coalizão e cooptação que combatia ferozmente e confrontava moralmente. De outro, a Frente Brasil Po-

pular, em campanha permanente por valores ético-políticos, conclamando o povo, dentro e fora do calendário eleitoral a prescindir da coalizão política tradicional. Destinos simétricos produzindo o equilíbrio instável entre governo e oposição durante o período, democracia direta testando a democracia institucional.

Foi o mundo paralelo em que o PT vivia que o fez reagir à agenda de estabilidade política ao não compreender a consequência do impeachment para Collor. Embora tenha sido um partido essencial na estabilidade durante todo o processo de impeachment, recusou-se a governar com Itamar. Ao ficar fora do seu governo, o PT deixou a impressão que ficou fora do compromisso com a estabilidade monetária. O contrismo já o havia levado a avançar na irrealidade, criando um governo paralelo, próprio do parlamentarismo que não apoiava, e se consolidou ao atacar o Plano Real, logo a condição de estabilidade que mais beneficiou o primeiro governo petista. Os anos 1990 consolidaram a ideia de que a ruptura é revolucionária, quando no processo político brasileiro a evolução e a continuidade das boas iniciativas é que são revolucionárias. A estabilização que vem com a nova política econômica não foi acompanhada pela estabilização política e a modernização partidária. A crítica insuficiente ao presidencialismo e à tradição autoritária latino-americana fez o partido abandonar o debate do parlamentarismo e ir dividido para o plebiscito sobre sistema de governo. Influenciado também pelo espetacular e inesperado desempenho do partido nas primeiras eleições presidenciais depois da ditadura, o PT imaginou-se como nuvem diante de corrente de vento e acelerou o sonho de chegar ao poder. E, na pressa, a história seguiu pela lógica da “desinstituciona-

lização” e certo “doutrinarismo” – a mesma desconfiança que fez o partido suspeitar da Constituição de 1988 com o argumento de que as garantias constitucionais e legais nunca são suficientes para a proteção de direitos. E assim, além do governo paralelo, Lula recebeu apoio para criar o Instituto Cidadania, braço civil do PT e forma mais confortável de conciliar seu gosto pela liderança pessoal e intransferível, livre da disciplina partidária. Saiu a campo, com as Caravanas da Cidadania e, com inédito humanismo, fez o homem perdido no interior elevar-se ao grau de cavaleiro por ser reconhecido como igual por um líder acessível e autêntico.

IV

Não fossem a fraqueza de Lula pelo bastidor e seu capricho pela conversa informal, a decisão de convidar um deputado do PSDB para presidir o Banco Central do primeiro governo petista não teria nenhuma importância histórica. Mas, a situação imposta ao partido como uma brutal incoerência, e espetacular confissão de culpa, revela bem como o líder sofre, na condução da política, a influência da sua personalidade. Pois foi de conversa em conversa, meio ao estilo “as palavras aparecem quando faltam as ideias”, que foram surgindo os acordos extra-supra-pós partidários e empresariais, que explodirão como surpresa, escândalo e crise em todos os governos do partido. Como um tigre no descampado, o PT ideológico perdeu o rumo, e foi para oposição ao primeiro governo petista. A desnecessária sujeição do partido a slogans e da negação da vida anterior começou a dar vida a outra coisa. Foi o espetáculo da publicidade, essa guerra de mercadores e não de heróis, que obscureceu o que estava

acontecendo: nenhum líder consegue impor à sociedade relações que ela não queira ou que não correspondam às suas possibilidades. Não que Lula visse mais longe que os petistas e somente desejasse, mais fortemente do que todos, parar de perder eleição. É que o establishment brasileiro não podia esperar que as particularidades de Lula impusessem a fisionomia dos fatos históricos dali para frente. Aliás, foram algumas particularidades na origem dele, especialmente a de liderar um movimento sindical contestador, ainda ilegal, mas legítimo, que precisavam servir também às grandes necessidades de todas as classes sociais. E a decisão de fazer a história com ele, antes que ele, por ingenuidade ou voluntarismo, imaginasse ser possível fazê-la por si só, que foi chamada de “Carta aos Brasileiros”. O erro de Lula não foi impor ao PT o que não correspondia ao seu pensamento. Foi não aceitar, de forma consciente e necessária, que todo o petismo, e não ele, constituía-se nessa necessidade social inadiável de pacto social. Eram essas novas relações sociais que estavam se afirmando, e o PT serviria ao seu curso se o líder não entendesse que a mudança, o novo patamar para a criação de uma sociedade de confiança e não mais de desconfiança, correspondesse à história do Brasil, e não à história pessoal dele.

Lula não permitiu que o PT fosse inteiro ao encontro com seu destino e, por vaidade, autossuficiência e futilidade do marketing político, deixou sua vitória ser traduzida pela publicidade como fato alucinatório. E o esforço de toda uma geração: discutir o socialismo sem o risco de uma KGB na sua porta; o filho educar o pai na tolerância e impedir a divisão da família pela generosidade, mais do que o sectarismo, com que pedia a aceita-

ção dos seus sonhos progressistas; a agenda polêmica da mudança dos costumes ir entrando macia pelo inconsciente da nação que a esperava sem saber; o horizonte de superação da miséria da vida; tudo, enfim, que milhares de pessoas construíram coletivamente, foi desmistificado, trocado e reduzido à idolatria pela origem pobre do líder que não tinha diploma. A publicidade levou a alma do partido e fez Lula prisioneiro de uma história muito menor do que a que havia liderado. Logo, logo, potentados e diplomatas profissionais o carregaram pelo mundo como Sting carregava Raoni.

Os governos do PT não souberam dar consistência aos apelos que vinham de todas as classes para salvar, e não enterrar, a institucionalidade do modo de produção econômico representado pelo Plano Real. Que precisava de um líder da maioria da sociedade para se renovar, já que as mudanças liberais dos dois governos de FHC vedaram o acesso do discurso do PSDB à parte mobilizada da sociedade. O presidente Fernando Henrique entendeu isso e estimulou uma exemplar transição de governo, colocando os gurus econômicos do partido derrotado à disposição da gestão da Fazenda dos vitoriosos. Com a vitória, Lula foi chamado a gerir e renovar a vitalidade da política econômica e a necessária modernização do Estado. Foi como fração dominante da classe dominada e líder da autorregulação e da autonomia da sociedade sobre o Estado que o PT venceu a eleição. E não como “partido-candidato-pobre-analfabeto-e-que-passou-fome”. Mas, a redução que Lula permitiu que se fizesse à sua imagem serviu para diminuir a força coletiva dos militantes e dirigentes do PT: daquela hora em diante, carregadores do andor de um santo, livre para desenvolver suas faculdades a um grau ex-

tremo. E a sociologia regrediu, de novo, atrás do líder messiânico.

Os sinais de que a corrente da esperança secava subterraneamente eram claros para quem quisesse ver. Os ajustes lentos e consistentes que a economia requeria foram usados pelo governo como expediente transitório. Em dois anos de rigor fiscal e austeridade, Lula se sentiu livre para voar. E passou a inventar programa de governo, aumentar a tutela sobre o emprego, expandir todas as áreas do Estado. E, substituindo a excelência e a capacidade analítica pelo paternalismo e a intuição partilhada com o interessado, uma fábrica de execução de projetos improvisados roubou do país a previsibilidade.

V

Foi na interpretação das necessidades sociais mantidas em segundo plano por tantos anos – as carências primárias de nosso povo –, apesar do desenvolvimento mais elevado das relações econômicas e culturais, que o governo petista manteve a coerência com sua história original. É no MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), a Casa Civil dos pobres, que está preservado o carço do humanismo que deu a velocidade para o PT chegar à presidência. O PT parecia ter matado a charada nos “burgos podres”: não é por ser pobre que o eleitor é governista, é por ser governista que ele é pobre.

Se a política social não avançou mais foi porque o modelo errado de gestão da política geral apodreceu. Apesar de não servir a seu opositorismo furioso, o presidencialismo de coalizão – incompleta e precária forma de democracia presidencial –, em que a partilha do Estado produz a instabilidade política necessária para a negociação vantajosa da estabilidade, chegou ao apogeu com o PT. Com seu

espírito de cruzada, focado na conversão do infiel, o partido caiu na armadilha que é imaginar governar diretamente com o povo. Por não conseguir ampliar sua base de poder e influência social antes da vitória, só restou ampliar a cooptação e a infidelidade partidária para montar o governo. Com data marcada para morrer, o presidencialismo velho renasceu como caricatura pelas mãos de seu maior crítico. Com a coabitação – a coalizão insincera – inventada por Lula “espontaneamente” como solução do problema de convivência parlamentar, o PT se livrou de enfrentar a reforma das instituições políticas consolidando o fundo partidário, entulho criado pela ditadura para silenciar legendas. Só que nada é espontâneo na história da sociedade. Especialmente num país em que “os mortos são cavaleiros velozes”. Adaptando-nos à péssima tradição brasileira de não reconhecer o poder legislativo como principal expressão da soberania popular, o PT “perdeu a escuta” da democracia e quis alterar o resultado da eleição inventando uma maioria parlamentar pós-eleição. No Brasil, a relação com o parlamento é antes de tudo um expediente para assegurar a rotina do executivo, qualquer que ela seja. E, assim, o sonho de um partido para produzir riqueza para todos começou a ser soterrado pela realidade de um partido distribuidor de benesses para aliados.

Sem se interessar em saber sobre como sua presença no governo servia às grandes necessidades do país, o PT passou a se preocupar mais em se certificar em como suas particularidades poderiam imprimir uma marca à política do país. E tome slogans, campanhas, programas, clichês, bobagens publicitárias que levaram o partido a um déficit de cautela estratégica sobre luta de classes, que cobraram um alto preço a todos os fundadores do partido. Não soube

enfrentar, como primeira medida a ser tomada a de retirar da composição política a partilha do Estado, enxugar a máquina e ampliar a força do funcionário de carreira. Isso, além da vantagem de ter mais pessoas qualificadas para pensar para o país, diminuiria os elementos de barganha e iniciaria a Sexta República. Não havia necessidade do pragmatismo da base homogênea, sem compromisso programático. E o PT, que havia entrado na vida de muitos pelos sentidos, começou a sair pela cabeça.

Não foi por boa lógica que se abandonou o processo de mudanças iniciado nos anos 1990. Ao optar corretamente por um governo não ideológico, quando percebeu que a perseverança e a conversão ao centro ajudavam a vencer o preconceito contra um governo popular e de esquerda, o presidente Lula reuniu as condições para continuar as mudanças e romper com essa arquitetura trôpega do sistema público brasileiro. Não o fez, e como não abria mão da sensação de vítima, seu governo passou a refletir a crise geral de legitimidade e da representatividade política que herdou. Por motivos e traumas diferentes, Dilma também insiste na ideia de que é vítima. Ao acharem que o Brasil lhes deve favor se iludem com o efeito positivo da manipulação populista da realidade. O Brasil mudou, é mais moderno e informado. Líderes nacionais não são mais do universo do “nós”, categoria social que os une a vítimas da violência e do misticismo. Lula e Dilma já são o “outro”.

Assim, o fato notório, que leva ao acirramento de qualquer discussão política hoje, é a estabilidade dos governos do PT não conter os símbolos de mudança, que o eleitor e os petistas imaginavam como elemento essencial da ação governamental e parlamentar do partido. O oposicionismo máximo le-

vou o eleitorado a dar ao PT uma ampla votação majoritária para presidente da República, mas o “aliancismo” mínimo imposto aos deputados na disputa da eleição restringiu a votação para a composição do Congresso. Ao fazer, da forma mais comodista e tradicional possível as composições pós-eleitorais, estimulando infidelidade e partido fictício, os governos do PT produzem uma base cada vez mais instável e exigente.

Por informalidade, desgosto teórico e impaciência prática, a liderança de Lula não escolhe bem as pessoas para falar por ele. Quando se deu conta, já havia agravado o deslocamento de poder da política para os interesses do sistema financeiro e de grupos econômicos específicos. Dedicado a somente usufruir das forças econômicas sem lhes dar alento e desenvolvimento material, o período petista não estimulou nem requereu novos materiais, nova cultura, uma economia renovada e vital. Lançado à especulação contentou-se com a apropriação improdutiva da herança política e material e cometeu dois erros fatais. Impôs estratégias superadas historicamente desde Geisel, de investimentos industriais, consumo e controle do comércio exterior. E desorganizou as contas públicas para, fora do parlamento, fazer do jogo direto com os grupos econômicos a variável central da política. Como ser relevante um Congresso tratado pelo executivo como refugio irrelevante?

Protegendo-se atrás do silêncio que o governismo fiel presta à ignorância, só dialogando com subordinados, não aceitando o controverso, perdeu a amplitude da decisão que precisava tomar. No plano internacional, não foi possível conciliar o diálogo econômico mundial, liderado pela Alemanha e pela China, com uma diplomacia terceiro-mundista que convenceu o governo

de que as percepções de observadores europeus e norte-americanos eram erradas sobre o mundo ao qual o Brasil deveria privilegiar. O PT, assim, erodiu sua influência como partido da esquerda moderna e perdeu a capacidade de falar para este mundo de polaridades mutantes e indefinidas. Internamente, para uma aceitação generalizada de suas improvisações e incoerências, era preciso uma base mais fisiológica, domesticável por instrumentos mais eficientes do que programa de governo. E Lula dissipou sua liderança sem modernizar o Estado e manter o Brasil competitivo.

E o Brasil continuava sua sina de só haver elemento de barganha de cargos e funções. Não havia elemento de negociação substantivo na relação com os partidos que trabalham com programas de projetos. Sem força para suportar a demanda comercial e industrial do Brasil produtivo não haverá fator de ampliação da base do governo para os setores mais progressistas e o Brasil futurista. A crítica se volta contra o crítico: o período do governo do partido com maior fidelidade partidária é o período do Congresso com maior infidelidade partidária.

Pois bem, essa realidade dupla, bifronte e contraditória – oposicionismo total no passado levar ao total pragmatismo no presente – explodiu como crise de governo em um partido sem exemplos internacionais para seguir. Mas, essa é outra história que também vem de longe.

VI

Nos anos 1990, o PT perdeu a grande chance de se vincular ao debate da política progressista mundial. Primeiro, de ser relevante e influente teoricamente entre os partidos de esquerda na análise da ação de

Gorbachev e do papel de Mandela. Autocentrado na sua vida interna, faltou-lhe unidade para compreender os dilemas do socialismo democrático. Se na origem funcionou como partido de massa, no governo virou partido de quadro, amante do mito da reunião. Ora, não é reunião que reúne, são ideias.

E sem tempo para outra coisa o partido não se interessou em se arriscar e conhecer a crise teórica do socialismo pelo mundo. O que seria a nova esquerda a partir do Muro de Berlim, época de governos social-democratas na França, Espanha, em Portugal, na Itália, no Chile e na Alemanha, todos com líderes acessíveis e dispostos a partilhar desafios partidários progressistas: Jospin, González, Guterres, d'Alema, Lagos, Schroeder – e que enfrentaram os mesmos problemas do PT nos seus partidos e países. Não interessava a fundo o debate internacional que oferecesse alternativa moderada para a esquerda democrática. A crítica às reuniões da Terceira Via, capitaneadas por um Blair pré-Iraque, era claramente preconceituosa. A Internacional Socialista era preterida diante do Foro de São Paulo, em que muitos partidos latino-americanos, apesar do sucesso eleitoral da esquerda sul-americana nos anos 2000, permaneceram com forte pendor antidemocrático, características patrimonialistas e de pouca visão internacional. E onde Nestor Kirchner é considerado de esquerda, Hugo Chavez e Evo Morales eram vistos como o fracasso definitivo de Washington.

VII

A crise política brasileira se agravou nos governos petistas, mas já é uma crise do sistema político como um todo. Sua gravidade maior é sua escala (nunca todos erra-

ram tanto ao mesmo tempo). Uma clara desinstitucionalização dos partidos sem que exista um horizonte institucional alternativo.

O sistema partidário atual não é um fracasso, está no seu apogeu. Um produto acabado da Quinta República: desligamento e dissolução das restrições morais quando a sociedade política passa a funcionar mal. A moldura teórica dessa disfunção é a anomia (viver livre de regulação social). Essa socialização imprópria é incapaz de produzir o necessário volume de motivações morais ou progressistas. É o fim da partida não ter temor ou vergonha do erro, subestimando a força da corrupção. E não será o entusiasmo pelas ideias súbitas que vai salvar a política brasileira.

Porque a corrupção opera tecnologia aplicada a uma moral mundana e arrogante: coroa, eu ganho; cara, você perde. Necessita de um meio artificial, um encontro não espontâneo, uma dependência espiritual da mentira. A ficção em que prospera expulsa o impossível da mente do indivíduo e o faz achar que tudo é possível. Oferece-se como atividade extrativista, em ambiente de valores que não se quantificam. É de gestão arcaica e antieconômica, levando o Estado a se concentrar mais na vigilância contínua do que na cultura da simplicidade e da transparência. Seu sentimento aflora livre da interdição afetiva, reproduz-se por cissiparidade: um desonesto se divide em dois, dispensa a alma de agir pela vergonha ou pela culpa, impõe descompasso com a estima pública.

As regras da política precisam ser compreensíveis e universais para mudar a perspectiva predadora dos políticos que não aceitam a cultura da culpa, o que ajudaria a evitar erros, nem a da vergonha, que os tornaria intoleráveis.

É a política dos políticos o declínio do espírito cívico da política. Vinculados a gue-

tos eleitorais, os parlamentares devem explicações a Igrejas, famílias, quartéis, torcidas, sindicatos etc., e uma minoria a partidos, mas alguns funcionando como guetos. A crise entre tucanos e petistas, funcional para manter o poder nos dois partidos é estimulada na base social como crispação e polêmica fútil. É um contrapensamento vazio, um chover no molhado: na área social o PSDB avançou menos, na política econômica nenhuma tese petista para em pé. Tornou-se uma crise geral, porque o conflito intraelite é mais forte do que os interesses nacionais. Essa crise impediu que o principal fator de estabilização do governo petista proviesse das teses social-democratas e progressistas. O desejo de Lula se vincular ao atraso, por não se interessar pela substância das coisas, foi contaminado pelo ar intocável do Palácio, também só interessado no resultado. Optou pela aliança com o lado conservador da política do país para se estabilizar, imaginando ser possível dançar com urso, buscar apoio no fisiologismo e continuar progressista. A não existência, no sistema político brasileiro, dessa possibilidade de estabelecer áreas sem conflito, de consenso ou zonas desmilitarizadas por onde você possa avançar desarmado, impede o surgimento de um

governo de interesse geral que tenha paciência ou sabedoria para a conciliação, dentro da lei. Ainda prevalece a natureza original do PT de agir no sentido da distinção, da diferenciação. Um grande erro de quem está no governo. Reforçar o senso negativo sobre os políticos em geral pouco serve à democracia estável. Alimenta o bonapartismo brasileiro, que está sempre à disposição de todos os presidentes.

O sistema partidário e político atual chegou ao máximo da sua falta de virtude. Se o PT quer se manter partido popular e de massa apenas para a sustentação política de seus propósitos internos, que continue a aceitar a divisão do mundo em duas partes: o mundo informal dos movimentos de Lula e o mundo rígido da inércia de Dilma. Se deseja reconhecer a emergência e o confronto que se abateu sobre seu governo, exatamente por causa disso, que olhe o desejo de todas as esferas da vida do país, convoque o velório do sistema partidário fictício, participe da transição para um novo acordo político nacional. Não queira, por oposicionismo oportunista, tirar vantagem de nada. Apenas evite o colapso definitivo de um sonho e a condenação eterna de quem leva os deuses ao erro.

O Brasil Entre Parênteses

.....
JOSÉ ANÍBAL

A chegada de 2016 instiga a refletir sobre a trajetória de continuidade da política econômica do segundo governo da presidente Dilma (2015 - 2018). Estaria mais para uma espécie de governo “à la” E. Dutra (1946 – 1951), que antecederia uma nova volta de Lula (como no caso de G. Vargas nas eleições de 1950); ou de segundo mandato do governo FHC (1999 – 2002), que mudou o curso original da política econômica do Plano Real I (1994 - 1998) e perdeu a eleição presidencial seguinte (2002) para a oposição; ou, ainda, de governos eleitos, mas que não concluíram seus mandatos (G. Vargas em 1954, J. Quadros em 1961 e J. Goulart em 1964)?

O programa fundador do PSDB (25-06-1988) começa com uma frase de Franco Montoro: “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido”. Uma estimulante apresentação do que vem a seguir sobre as razões que motivaram a fundação do partido e, mais importante, as “Diretrizes Básicas” que norteariam sua ação.

Um ano após a fundação do partido, nas eleições presidenciais de 1989, o senador

Mário Covas foi candidato com um programa em que se destacava o propósito de promover um “choque de capitalismo” para o Brasil sair da modorrenta, persistente e grave crise da economia – a década perdida. Foi o início de uma caminhada que, apenas cinco anos depois, produziu o Plano Real, a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da República e a estabilização da economia brasileira.

Embora o parágrafo transcrito a seguir tenha quase 30 anos, é significativo reproduzi-lo: “Hoje o Brasil vive entre parênteses. A economia permanece estagnada, os salários achatados, a questão da dívida externa sem solução, a inflação no limiar do descontrole. O desgoverno exacerba pressões corporativistas, comprometendo ainda mais a eficiência e as finanças do setor público e fazendo o peso maior da crise recair precisamente sobre as camadas mais indefesas da população. A troca de favores virou moeda corrente na política e a corrupção, sem os tapumes do autoritarismo, se exhibe aos olhos e ouvidos da Nação enojada, desmoralizando os poderes públicos e lançando descrédito sobre a atividade política em geral”.

Desde então o Brasil evoluiu em todas as frentes, mas hoje, infelizmente, vivemos um processo que tem muito a ver com os anos 1980, a década perdida. Estamos dian-

.....
JOSÉ ANÍBAL é economista, presidente nacional do Instituto Teotônio Vilela (ITV) – centro de estudos e formação do PSDB – e senador suplente pelo PSDB-SP. Foi deputado federal e presidente nacional do PSDB.

te de uma nova regressão. A nação está novamente “entre parênteses”. Mas, cabe àqueles que procuram ter clareza sobre o futuro que o País almeja reencontrar e recuperar aquele espírito de refundação do Brasil, de busca de novos patamares de desenvolvimento econômico, político e social. Não dá para dizer, como disse Drummond por Sancho Pança (caído no chão ao final da aventura de D. Quixote, retratado por Portinari) “de que valeu o tudo desse nada?”. Valeu muito.

Democracia, valor fundamental

Nos oito anos de FHC, o Brasil recuperou credibilidade, saneou as contas de estados e municípios, recuperou condições de realizar políticas públicas eficientes, com definitiva implantação e universalização do SUS e avanços notáveis na educação. Na área social, consolidou a Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) e implantou o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Vale-Gás, beneficiando mais de 5 milhões de famílias.

Aqui vale lembrar que, pela melhoria dos indicadores na área social, o presidente Fernando Henrique foi o primeiro vencedor do prêmio “Mahbub ul Haq”, concedido em dezembro de 2002 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a chefes de Estado que tenham tido êxito no tratamento das questões sociais. A ONU destacou na época que, entre os avanços obtidos pelo Brasil, estavam a queda no índice de desemprego na mortalidade infantil, a matrícula de quase 100% das crianças na escola, o assentamento de 600 mil famílias em áreas da reforma agrária e a redução das mortes por Aids, entre outros.

Importante lembrar que foi também durante o governo do PSDB que se instituiu a moderna legislação de crimes ambientais e o sistema nacional de unidades de conservação da natureza.

Reformas foram realizadas, como a patrimonial, que tantos acessos e benefícios propiciou à população, outras reformas foram iniciadas, e agências reguladoras foram criadas. No entanto, iniciativas e desejos de avançar em reformas essenciais – política, tributária, sindical, previdenciária – foram adiadas, na segunda metade do primeiro mandato de FHC, por falta de sustentação política, principalmente por uma base de apoio político-parlamentar em que era expressiva – e, dependendo da pauta, majoritária – a presença conservadora, populista e corporativista.

O PSDB viveu um momento de passagem para assumir os desafios da hora. Esse momento, porém, ficou inconcluso, seja premido pelas circunstâncias eleitorais, seja por escassez de conceituação e compromisso com o que representa a social-democracia contemporânea. Como está dito nas Diretrizes, para o PSDB, a democracia é um valor fundamental. Ela garante a liberdade dos cidadãos e das organizações para empreender e, ao mesmo tempo, defende uma forte presença do Estado na regulação e na prestação dos serviços públicos. Faltou convicção na agenda. O País, injusto, não podia prescindir do aprofundamento das mudanças para romper com as desigualdades e ingressar num ciclo verdadeiramente virtuoso de crescimento e de combate ao atraso e à pobreza, baseado na abertura da economia e na reforma do Estado, na competitividade, na qualificação, na inovação, no enfrentamento aos corporativismos que infestam e saqueiam o Estado,

na ruptura da promiscuidade entre o público e o privado, na transparência e no combate à corrupção, na realização de políticas sociais eficientes e emancipadoras.

O ano 2000 foi de crescimento da economia, indicando a possibilidade de ingresso num período de desenvolvimento sustentado. Mas, foi seguido do outono de 2001: a crise na energia, a quebra da Argentina, as torres gêmeas e, ao final, as inquietudes despertadas pela possibilidade de vitória do PT nas eleições de 2002. Nestas, além da vitória do PT, o PSDB começou a viver um período de desencontro com sua curta, mas exitosa e revolucionária, passagem pelo poder – estabilização, fim da inflação, novos fundamentos para a economia, responsabilidade fiscal, melhoria da renda e dos serviços públicos, programas eficientes quanto a resultados e credibilidade.

Herança bendita

Com essa herança bendita e o conveniente e pragmático abandono das fantasias petistas – que levaram Lula a dizer que ainda bem que não haviam ganhado eleições antes –, o PT se beneficiou e surfou alegremente no forte crescimento da demanda e dos preços das commodities. Mesmo nos programas sociais, o PT se beneficiou da herança bendita: após o fracasso do Fome Zero, resgataram os programas sociais de FHC/Ruth Cardoso para criar o Bolsa Família.

Necessário registrar que, para o conjunto dos feitos do governo PSDB, foi fundamental a extraordinária gestão de saneamento financeiro e recuperação dos investimentos realizada por Mário Covas em São Paulo.

Depois da irresponsável qualificação de “marolinha” feita por Lula para o tsunami mundial de 2008, a gestão petista foi toma-

da pela arrogância que definitivamente fez crescer suas viseiras ideológicas e acentuar o desperdício de oportunidades para estruturar melhor a economia e, especialmente, realizar obra inadiável para dotar o País da infraestrutura, do saneamento e dos serviços necessários ao crescimento da economia. O governo Lula também se tornou mais retrógrado, conservador e avesso às reformas urgentes, já mencionadas.

Na política, depois do mensalão, já estava em curso, com a chancela do pré-sal, a obra maestra do lulopetismo: o “Petrolão”. O PSDB e as oposições foram incansáveis nas denúncias dos malfeitos, mas sem argumentos e discurso prático – talvez improvável – capazes de sensibilizar o Parlamento, diante de um governo que operava com êxito e aprovava medidas provisórias aos magotes.

Também faltaram às oposições os necessários canais de comunicação com a sociedade. O crescimento econômico, ainda que os prenúncios da crise já estivessem presentes, encarregava-se de carimbar o êxito momentâneo da gestão petista.

Sem conseguir recuperar nossa narrativa e com a euforia da população embalada pela crença de que realmente passara incólume pela crise mundial, Lula iniciou sua curta e trágica caminhada de eleição de postes. “Dilma 1” foi o primeiro. Logo, o custo do poste se patenteou. A ruína da gestão petista teve seu momento de êxtase na ação deliberada e aloprada de Dilma, em 2012, que devastou o setor de energia através de uma Medida Provisória! Desde o início, o PSDB foi ativo na denúncia da insensatez cometida, apesar dos aplausos de setores empresariais e da satisfação presumida da população pela redução da conta de luz – que logo depois pagou cinco vezes mais caro o desconto recebido.

Vieram as manifestações de junho de 2013. Surpresa geral. A oposição tentou incorporar à sua ação a insatisfação dos manifestantes, na maioria jovens. Eles estavam deixando claro que, com aquela realidade, não vislumbravam um futuro animador, de oportunidades. O governo fez que viu, fez de conta que entendeu, mas não agiu. Natural. Já estava em curso a “construção” do estelionato eleitoral nas eleições do ano seguinte. O prato seria reaquecido e reembalado de forma a demonizar a oposição e qualquer debate sério, consequente, sobre o que fazer na crise que se aprofundava.

Operação Lava Jato

O PSDB se revitalizou, se organizou e se preparou para enfrentar o embate eleitoral de 2014. Reafirmou sua unidade com Aécio Neves e recuperou amplamente o espírito das Diretrizes Básicas, atualizando o seu ideário social-democrata. Construímos uma alternativa ao lulopetismo e alcançamos os corações e mentes de quase metade dos eleitores do Brasil. A maioria esteve próxima de se emancipar do estelio-

nato, do fracasso da Nova Matriz Econômica e do seu nefasto e corrupto modelo de arranjo político, ambos responsáveis pela maior crise de nossa história contemporânea. O custo para o Brasil e para os brasileiros do calvário do governo “Dilma 2” é incomensurável. Para quê? Para não termos dois dos quatro presidentes eleitos após a democratização impedidos?

O que já foi revelado pela Operação Lava Jato é suficiente para não manter Dilma se arrastando e o País sangrando. As instituições, umas mais outras menos, estão funcionando. Nada será feito fora das regras do jogo democrático. O País nada mais tem a perder com o impedimento de Dilma, salvo se optarmos por comprometer totalmente nosso futuro. A crise que Dilma encarna só tem solução com sua remoção. O PT fracassou. De esperança passou a ser um pesadelo para o Brasil.

O PSDB está preparado para servir ao País, participando da organização de um inovador, transparente e comprometido arranjo político com a sociedade, que recrie a esperança, a credibilidade e a confiança no retorno do crescimento econômico e social.

PSDB: Problemas Que Afligem a Legenda

Entrevista de ARNALDO MADEIRA à *Folha de S.Paulo*

Fundador do PSDB acusa Alckmin de usar máquina para favorecer Doria

Folha de S.Paulo

Thais Arbex

De São Paulo

02/03/2016

“**F**undador do PSDB e coordenador do programa da campanha presidencial de Aécio Neves em 2014, o ex-deputado Arnaldo Madeira acusa o governador Geraldo Alckmin de usar a máquina do governo paulista para favorecer a candidatura do empresário João Doria na disputa interna do partido pela Prefeitura de São Paulo. Segundo Madeira, que apoia a pré-campanha do vereador Andrea Matarazzo nas prévias, "o governador que joga pesado para favore-

cer esse candidato [Doria] é o mesmo que está escondendo dados do governo".

"Ele esconde dados da Sabesp, do Metrô, não diz os dados de segurança de forma adequada. Alckmin está claramente em um caminho para um certo tipo de autoritarismo que contraria a história do PSDB", afirmou à *Folha*. Madeira diz ainda ter ouvido relatos de ameaças a funcionários do governo, filiados ao PSDB, que não votassem a favor do candidato do governador. "O governador está se afastando de um comportamento histórico do PSDB para ter um comportamento autoritário, de uso da máquina. Ele não aceita a crítica e não gosta de quem pensa diferente dele".

"Procurada, a assessoria de Alckmin disse: "Nós duvidamos que Arnaldo Madeira, ex-secretário da Casa Civil do governador Alckmin, tenha feito esse tipo de declaração". A entrevista com Madeira foi gravada”.

Folha – Qual é a sua avaliação das prévias?

Arnaldo Madeira – Essas prévias mostraram um acontecimento que eu jamais vi no PSDB, que foi o uso da máquina do Estado para favorecer uma candidatura, uma candidatura que tinha muito recurso, mas que não tinha o que dizer sobre a cidade. Enquanto Andrea [Matarazzo], que eu acompanhei de perto, fazia reuniões temáticas, duas, três

.....
OS EDITORES da *INTERESSE NACIONAL* optaram por reproduzir a entrevista concedida à *Folha de S.Paulo* pelo ex-deputado federal pelo PSDB, Arnaldo Madeira, porque mostra de forma sintética e direta os diversos aspectos dos dilemas de um partido. As dificuldades de articulação interna para a escolha do candidato à Prefeitura de São Paulo estão claramente expostas e mostram como a segmentação em diferentes alas foi agravada pela realização de prévias para a escolha do candidato partidário.

Devidamente autorizada pela *Folha de S.Paulo*, a reprodução da entrevista concedida a Thais Arbex permite ao leitor entender as contradições e as divisões internas do principal partido de oposição ao governo do PT.

vezes por semana, discutindo com técnicos os problemas da cidade, a outra candidatura se preocupou em oferecer vantagens a militantes para que eles comparecessem na votação. Foi isso o que aconteceu. E eu tenho muito contato com pessoas que estão na máquina do Estado, em diferentes áreas, e o que me falaram é das ameaças a quem não votasse a favor do candidato do governador. O uso da máquina do Estado e o oferecimento de recursos foram [feitos] de uma maneira que eu jamais vi.

Como o sr. avalia a declaração de que é ridícula a tentativa de impugnação da candidatura do empresário João Doria?

Ele pode achar também que é ridículo o movimento que o PSDB está fazendo em relação ao governo federal, porque o que se fez aqui em São Paulo é a mesma coisa que a presidente Dilma fez em nível federal. Isso ele não acha ridículo?

Pode-se dizer que o governador está em descompasso com o partido?

Acho que ele está em descompasso com a realidade. Há um equívoco dos partidários do governador de dizer que a eleição da prefeitura é a plataforma para a eleição presidencial. Isso é um completo equívoco. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. A eleição presidencial é uma eleição que se organiza e se articula em torno das questões nacionais e da política nacional. A Prefeitura de São Paulo não tem nenhum impacto para eleição federal.

Nenhum impacto?

Nenhum. Impacto zero. Tanto que você vê que boa parte dos presidentes foram eleitos sem ter a Prefeitura de São Paulo. Essa avaliação é um enorme equívoco. Eu não

sei se ele está se preparando para sair do partido ou se está se preparando para que o partido tenha vários dissidentes contra ele. Este comportamento, para mim, esclarece muito porque ele foi o único candidato a presidente que teve mais votos no primeiro turno do que no segundo turno. A votação dele no segundo turno caiu em relação ao primeiro. Ou seja, é absoluta inaptidão para fazer avaliações sobre a questão nacional. Ele não tem aptidão para isso.

O governador também afirmou que o partido não está acostumado com o processo de prévias, dizendo que as decisões são tomadas "em restaurante, com mesa de vinho importado".

É uma agressão gratuita. O PSDB sempre fez convenções, sempre teve acordos. Ele participou dessas convenções, dessas decisões. Ele deveria ter feito essa crítica lá atrás. Agora, prévia com o uso da máquina como está sendo feito é uma coisa jamais vista. Sobre isso ele não tem o que falar?

O senhor acredita que esse racha marca o começo do fim do PSDB?

Não acho que seja o começo do fim. O PSDB é muito forte nacionalmente e tem um núcleo aqui em São Paulo muito forte. Agora, o cidadão que é governador de um estado é também líder do partido. Ao invés de fazer o papel de articulador para unificar o partido, ele resolveu jogar fogo no combustível. É isso que ele está fazendo. O governador está se afastando de um comportamento histórico do PSDB para ter um comportamento de uso da máquina, um comportamento autoritário. Ele não aceita a crítica a ele, à liderança dele. Temos um candidato que tem o apoio de toda a bancada de vereadores, dos dois senadores de São Paulo e de cinco deputados estaduais da capital, de toda área

política da capital, e ele vai e diz que quer um candidato da iniciativa privada, o novo etc.? Ele está, inclusive, manifestando-se contra ele mesmo, que é um homem só da política.

Ele quer pôr um empresário que tem dinheiro, que compra voto. Essa é a renovação dele? Acho que há um equívoco muito grande do governador e tenho a impressão de que ele atravessou o Rubicão em relação ao PSDB, lembrando a velha história do Júlio César. Ele está fazendo acusações pesadas contra pessoas que estão na história do PSDB e se alinhando com um sujeito que não tem nenhuma história com o PSDB. História zero.

O senhor acredita que o vereador Andrea Matarazzo possa sair do PSDB?

Não, não estou discutindo isso. Acho que agora temos um momento de conversa com as pessoas que estão à frente do processo: o Andrea, o Tripoli, o José Aníbal, o Bruno Covas. Essas pessoas estão conversando e conversando com os aliados que permitiram a votação que, mesmo com tudo isso, o Andrea teve. O Andrea é um prêmio para São Paulo. Não tem nenhum partido que tenha uma pessoa com vinculação e identidade com a cidade de São Paulo como ele tem.

Ele seria o candidato mais natural. Lá atrás, o governador saiu falando com cada um deles, incentivando suas candidaturas, dizendo que não influenciaria no processo, que quem o partido escolhesse ele apoiaria. De repente, ele adota um candidato, contradizendo tudo o que ele disse anteriormente. E mais: joga pesado para favorecer esse candidato. O governador não percebe isso? Há claramente um movimento do governador no sentido de construir uma liderança despótica. Ou seja, uma liderança que tem que ser obedecida. Se não for obedecida, ele questiona e ameaça seus subordinados. É isso que está acontecendo. E é o mesmo governador que está escondendo dados. Esconde dados da Sabesp, do Metrô, não diz os dados da segurança de forma adequada. Ele está claramente em um caminho para um certo tipo de autoritarismo, contrariando a história do PSDB.

Acho que o governador não está gostando de gente que pensa diferente dele, o que é um equívoco. Um governador de um partido democrático tem que ter esse diálogo. Ele está agindo de maneira contrária ao "eu gosto dos que me criticam porque me corrigem", adotou o "eu gosto dos que me adulam porque me engrandecem e detesto os que me criticam porque me jogam para baixo".

Dilma, o *Dedazo* de Lula e a Reforma Política

.....
ALBERTO ALMEIDA

O *dedazo* vem da política mexicana e tem a ver com a escolha do candidato a presidente do Partido Revolucionário Institucional, o antes todo poderoso PRI. O *dedazo* ocorre quando o presidente indica o candidato do partido à eleição presidencial. Trata-se de uma escolha que não passa por eleições internas ou sequer por discussões públicas. É a autoridade mais poderosa do partido, obviamente o presidente no exercício de seus plenos poderes de mandatário máximo da nação, que, depois de conversar e consultar aos que ele julga pertinentes, indica o nome do candidato. Este procedimento de escolha foi adotado por Lula quando apresentou Dilma, em 2009, ao eleitorado brasileiro.

Há quem hoje considere que o grande erro de Lula – para alguns poucos o único erro – foi ter indicado Dilma. Segundo esta visão, qualquer deputado federal do PT ou

senador teria governado melhor do que Dilma. Ainda nesta linha de raciocínio, considera-se que a atual presidente não teve a socialização política necessária para ocupar o cargo mais elevado de nosso edifício político. Antes de 2010, ela nunca havia participado como candidata de uma campanha eleitoral. Isto significa que ela nunca tinha buscado levantar recurso de campanha, feito discursos para obter votos, fechado acordos com líderes sindicais ou de outros movimentos sociais para obter votos e todos os demais procedimentos necessários para ser eleito.

Nunca tendo disputado uma eleição até 2010, conseqüentemente Dilma nunca pisou em um parlamento como representante do povo. Todo e qualquer deputado quer apresentar e aprovar projetos de lei de sua própria autoria. O que ele descobre na primeira tentativa de fazer isso é que ele terá de negociar o seu projeto. É impossível que ele seja aprovado sem modificações. Entra em cena a barganha. Tais modificações serão feitas como condição para que seus pares no parlamento o apoiem nas comissões legislativas e no plenário. Por outro lado, estes mesmos pares cederão nos projetos de lei de sua autoria. Estamos diante do mais genuíno aprendizado político, pelo qual Dilma não passou antes de se tornar presidente.

.....
ALBERTO ALMEIDA é diretor do Instituto Análise, empresa de consultoria, pesquisa e estudos sobre o Brasil. É articulista do Jornal Valor Econômico, autor do best-seller “A Cabeça do Brasileiro” e de diversos livros que abordam os valores e comportamentos dos brasileiros. Ao longo de várias décadas de trabalho, Alberto Almeida desenvolveu uma metodologia de análise utilizando dados antecedentes e qualitativos que o diferenciam no mercado. Seu serviço é demandado por altos executivos e por instituições financeiras interessadas na dinâmica do Brasil, do consumo e da sociedade.

Em 2010, a força eleitoral de Lula era incomparável. Ele tinha nas mãos, como foi possível constatar na eleição, o poder de indicar e eleger quem ele quisesse. E ele quis Dilma. Dilma também poderia ter sido a escolhida do partido em um processo amplo, aberto e democrático de primárias, não necessariamente igual ao norte-americano, mas certamente muito diferente de um *dedazo*. Tendo sido assim, ela teria debatido com concorrentes, exposto suas visões, negociado e fechado acordos com alas do partido e agido politicamente e eleitoralmente para vencer a escolha aberta. É possível imaginar que a Dilma escolhida por um processo democrático poderia ter sido diferente da Dilma indicada pelo *dedazo*. Nunca saberemos, mas o processo de escolha, em geral, tem impacto sobre seu resultado. Processos diferentes acabam por apresentar resultados diferentes.

Lula não foi o primeiro e nem será o último a cair na tentação do *dedazo*. Maluf escolheu Pitta para ser o seu sucessor na Prefeitura de São Paulo. César Maia escolheu Conde para o mesmo cargo no Rio de Janeiro. Marconi Perillo fez o mesmo em Goiás, quando indicou Alcides Rodrigues. Podemos multiplicar os exemplos e narrar seus desfechos. É provável que a maioria dos casos nos conte uma história ruim, ainda que não trágica. O escolhido pelo *dedazo* não passa pela competição política partidária que faz o que os norte-americanos chamam de teste de liderança. Vencer uma eleição aberta é vencer um teste de liderança.

Este procedimento de escolha é irmão siamês da falta de vida partidária. Os partidos são organizadores de interesses. Supõe-se que em um partido vivo haja participação interna, discordância, reuniões, presença de militantes e simpatizantes, eleição de

delegados para convenções que tenham poder efetivo de decisão. Supõe-se também como requisito para o vigor dos partidos que existam discordância e correntes divergentes de pensamento, que se alinham mais em função de ideias do que por conta de simpatia com este ou aquele líder. Na verdade, o mais importante para que o partido seja uma entidade realmente viva é que seus militantes e simpatizantes tenham a palavra e o voto final nas decisões mais relevantes. Sem que isto exista, o partido passa a ser apenas um instrumento de ação de suas elites e, eventualmente, de seu líder máximo.

Reforma política

Convencionou-se afirmar que a reforma política é a mãe de todas as reformas. Quanto a isto, no primeiro semestre de 2015, a Câmara dos Deputados, sob a presidência oposicionista de Eduardo Cunha, votou algo que à época se denominou de reforma política. É provável que o leitor não se lembre de quais foram os principais resultados desta votação. Trata-se de algo nada lisonjeiro, deva-se dizer, para uma mãe. Fosse a reforma tão importante assim, todos teríamos em mente que o que foi aprovado terá impacto decisivo no futuro da condução de nosso país.

A ideia de que a mudança das instituições políticas precede mudanças mais profundas, todas elas para melhor, é parte do pensamento mágico. Afirma-se haver no mundo uma causalidade que existe apenas no pensamento. A forma mais grosseira de pensamento mágico é a superstição. Não convém, por exemplo, ao sair de um lugar, o convidado abrir a porta, mas sim o anfitrião. Este procedimento deixa aberta a possibilidade de que o convidado volte no

futuro. Porém, há muitos outros raciocínios bem mais sofisticados que também são um pensamento mágico. A política (assim como o futebol) é um campo fértil para isto. Não há qualquer evidência empírica de países que tenham melhorado aspectos relevantes de sua vida econômica, social e ética depois de fazerem uma reforma política.

No Brasil, há liberais que ao mesmo tempo defendem a redução do tamanho do Estado e a adoção do sistema parlamentarista de governo. Eles não sabem que existe conexão entre uma coisa e outra. A literatura acadêmica de ciência política encontrou uma robusta causalidade entre sistema e governo e tamanho do Estado. Não importa a régua de medição – pode ser gastos governamentais como percentual do PIB, pode ser per capita, taxa de funcionários públicos por mil habitantes. O governo é sistematicamente maior nos países parlamentaristas e sistematicamente menor nos países presidencialistas. Imaginemos que alguém deseje reduzir o tamanho do governo e para que isto aconteça venha a prescrever a adoção do parlamentarismo. Tratar-se-ia de um erro crasso.

Vemos com frequência a demanda pela mudança em nosso sistema eleitoral. Os mais radicais acham que deveríamos abandonar totalmente o sistema proporcional em favor da eleição majoritária para deputados. Tal sistema é mais conhecido no Brasil como distrital. Eles esquecem que o sistema distrital tem críticos ferozes onde é adotado em sua forma pura, mais notadamente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Mais do que isto, ignoram o fato de dezenas de países já terem abandonado o sistema distrital em favor do proporcional, ao passo que apenas poucos países fizeram o oposto. Isto acontece porque o sistema

proporcional incorpora mais interesses na representação institucional. Assim, passar do distrital para o proporcional é passar de uma incorporação menor para outra maior. É uma trajetória que conta com mais apoio político do que seu oposto, qual seja, a redução dos segmentos incorporados na representação parlamentar.

Os defensores ardorosos de uma reforma política não sabem apontar que reforma seria essa. É fato que não estamos em um mundo governado por deuses que pairam acima dos interesses. Portanto, qualquer reforma política é feita em função dos interesses dos próprios políticos. É uma reforma que demanda maioria constitucional. No mínimo três quintos de deputados e senadores precisam aprová-la em duas votações. A adoção da reeleição beneficiava claramente quem estava no poder. Quando feita, ela permitia que os que então estavam no governo se recandidatassem. Não por acaso, tratou-se de uma iniciativa liderada por Fernando Henrique Cardoso. O ex-presidente foi capaz de formar a maioria qualificada exigida para mudanças constitucionais e aprovou a reeleição.

Não há viva alma que diga que a adoção da reeleição foi uma profunda reforma política. Mas foi. É interessante perceber que uma grande reforma institucional, que teve impactos muito relevantes na adoção de políticas públicas, jamais foi vista pelos analistas, jornalistas e atores políticos como tendo sido uma reforma política. Acadêmicos brasileiros já demonstraram que a reeleição, combinada com a Lei de Responsabilidade Fiscal, fez com que não houvesse mais “Malufs”. Isto mesmo. Maluf é o emblema, mas está longe de ser o único caso, obviamente, de comportamento fiscalmente irresponsável na ausência de reelei-

ção. Claro, gastava-se o que tinha e o que não tinha, endividava-se inconsequentemente o setor público pela única razão de que o próximo administrador não seria ele próprio. E, pior ainda, teria que sanear as finanças, um processo que poderia levar anos, deixando tudo pronto para um novo período de irresponsabilidade fiscal. A reeleição acabou com isto.

Vontade versus ação

Há uma antiga discussão acerca do papel da intenção na formação do mundo, das instituições, das sociedades. Há os que acham que a ordem social é resultado da vontade. Não por acaso, nossos jornais estão repletos de artigos afirmando que a continuidade dos problemas brasileiros tem a ver com a falta de “vontade política”. Esta, porém, não é a única forma de ver o mundo. Alternativamente, há os que acreditam que a ordem social é resultado tão somente da ação humana. Neste caso, a vontade pode seguir em uma direção, mas o resultado acaba sendo o oposto desta direção, porque é condicionado pelas ações.

Dilma quis, em seu primeiro mandato, reduzir os juros básicos da economia. A vontade do governo era simples e clara: melhorar as condições de vida da maioria dos brasileiros. Juros menores fortalecem o mercado de crédito, mais crédito resulta em mais consumo e está constituído o círculo virtuoso. O futuro estaria garantido com juros mais baixos. Os efeitos positivos seriam de curtíssimo prazo. Porém, mas não menos importante, de longo prazo. Nada mais estranho do que viver em um país que já há anos detém o título de campeão, ou perto disso, das taxas de juros. Não faltou vontade política ao governo brasileiro. A vontade

levou Dilma a agir, e a ação resultou, a partir de 2015, na maior recessão da história do Brasil.

Todos os dias a vontade de milhões de pessoas no mundo inteiro é sair do trabalho e chegar em casa o mais rápido possível. Por conta disto, elas saem ao mesmo tempo e ficam engarrafadas. A vontade é a de chegar rapidamente em casa, mas as ações as levam a ficarem presas no trânsito. Um exemplo prosaico pode ser combinado com um clássico. A ética protestante de Max Weber era somente um meio para que os fiéis glorificassem a Deus. A doutrina da predestinação, determinando desde sempre quem iria para o céu e quem vai para o inferno não deixava espaço para a compra da salvação por meio de obras. Restava ao fiel protestante buscar a sensação de que ele estaria salvo, e esta sensação poderia ser obtida glorificando a Deus por meio do trabalho. A vontade era uma, mas as ações resultaram no moderno capitalismo.

O conflito entre vontade e ação como princípios que regem a ordem social está muitas vezes sintetizado no velho ditado de que o inferno está cheio de boas intenções. E isto é particularmente verdadeiro quando se pensa em reforma política. O caso clássico é o da Revolução Francesa. A crítica conservadora ao fim do Antigo Regime, na França, tem a ver com a incapacidade dos revolucionários em modificar inúmeras instituições do Antigo Regime. Mais do que isto, várias mudanças foram desfeitas porque proporcionaram o resultado oposto ao que se desejava. O sistema eleitoral é um exemplo e as divisões territoriais, outro. Os exemplos podem ser multiplicados, como foi o caso do calendário e também da religião estatal criada para substituir o catolicismo. Nada disso funcionou. A vontade foi

incapaz de construir um mundo que fosse sua imagem e semelhança.

Oliveira Vianna se tornou um clássico quando se trata de avaliar os efeitos não antecipados de escolhas institucionais. Ele foi um crítico feroz da adoção de instituições do liberalismo político, tal como eleições livres e diretas para cargos públicos, em um país tão autoritário como era o Brasil da primeira metade do século XX. Para ele, a superposição entre instituições liberais e uma sociedade autoritária resultava no pior dos mundos, pois acabava por reforçar o autoritarismo.

O que está em jogo quando se trata de reformar instituições são modalidades de saber. De um lado, há o saber de poucos indivíduos, ou até mesmo de somente um indivíduo como foi o caso de Lula, não quando da reforma de instituições, mas sim quando escolheu Dilma. De outro lado, há o saber das gerações, que em geral assume a forma da cultura ou da história. Por exemplo, a democracia no Brasil coincide com o sistema presidencial de governo. O fato de o presidencialismo vigorar em nosso país há tanto tempo diz alguma coisa. Somos presidencialistas tanto do ponto de vista histórico, quanto cultural. Tancredo Neves foi primeiro-ministro na curta experiência parlamentarista que tivemos nos anos 1960. Na época, ele diagnosticou que o parlamentarismo funcionou como se fosse o presidencialismo: inúmeras vezes, o parlamento votou contra as propostas do governo, mas o governo não caiu.

O que aprendemos com tudo isso é que quando se trata de reforma institucional – e a reforma política é uma delas – é preciso ser prudente. É assim que reformas desta natureza são aprovadas, com poucas exceções, depois de um longo processo de deba-

te e amadurecimento. É demandada também maioria qualificada. Uma exceção já mencionada foi a adoção da reeleição. Exceção em quase tudo: foi pouco debatida e foi resultado mais da vontade do que da ação. Porém, foi uma decisão que não alterou todo o sistema, não abalou o edifício institucional. Tratou-se de uma mudança incremental, prudente, que poderia ser revista caso seus efeitos fossem o oposto dos desejados.

Conflito político e reformas

O Brasil de 2016 é um país profundamente dividido. Olhemos para a esfera parlamentar e veremos que o governo é capaz de vencer algumas votações, desde que não seja demandada a maioria de três quintos. A oposição também é capaz de vencer. Igualmente, desde que ela não tenha que alcançar uma maioria qualificada. A gênese desta divisão tem a ver com algo inédito em nossa história recente, o fato de o presidente da Câmara dos Deputados fazer oposição à Presidência da República.

Fernando Henrique e Lula passaram por períodos de crise política. O primeiro em seu segundo mandato e Lula durante 2005, quando emergiu o escândalo do mensalão. A crise que se abateu sobre o governo Fernando Henrique teve muito a ver com o rearranjo da aliança, em período de aprovação presidencial em baixa, visando à eleição de 2002, quando o presidente não mais poderia ser reeleito. Quem viveu o período tem na memória a antológica disputa entre os senadores Antônio Carlos Magalhães, do PFL, e Jader Barbalho, do PMDB. O conflito entre os dois era o conflito entre dois partidos sócios do PSDB no governo. Cada qual queria mais espaço junto a quem seria o futuro candidato tucano a presidente. O

PFL acabou por sair do governo apoiando inicialmente Roseana Sarney e, em seguida, Ciro Gomes. A crise política, de apoio parlamentar, teve consequências eleitorais importantes. O PMDB ficou com Serra na eleição de 2002.

Lula venceu sem o PMDB e governou sem ele até a crise política do mensalão. Há hoje um diagnóstico relativamente consensual de que, para Lula, acabou sendo fundamental que o PMDB entrasse em seu governo para conferir-lhe a saída da crise. Isto aconteceu concomitantemente à melhoria da aprovação do governo no final de 2005 e início de 2006.

Ninguém governa o Brasil sem o PMDB. Nem governa, nem faz reforma política. As últimas seis eleições presidenciais tiveram o PT e o PSDB com os dois candidatos mais votados. Fernando Henrique derrotou Lula duas vezes. Lula derrotou Serra e Alckmin. Dilma derrotou Serra e Aécio. Porém, todos os eleitos precisaram do PMDB para governar. O PT ocupa a centro-esquerda do espectro político. O PSDB ocupa a centro-direita. Cabe ao PMDB ocupar o centro. Todos os países multipartidários – Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, França – têm partidos de centro. A grande diferença entre o Brasil e eles é que o nosso partido de centro, o PMDB, é imenso. O PMDB é o maior partido de centro do ocidente. Brigar com o PMDB é brigar tanto com a governabilidade, quanto com as chances de se obter maiorias para realizar reformas, quaisquer que sejam.

Os estudiosos do nosso sistema político sabem a enorme importância das presidências da Câmara e do Senado. Ambos controlam a agenda legislativa. Controlar a agenda legislativa é muita coisa. O Poder Executivo depende de suas decisões. Por

exemplo, a tramitação da iniciativa legislativa que reduz a maioria penal foi iniciada há 22 anos. Ela estava parada, esperando que um presidente da Câmara a colocasse em votação, e isto aconteceu em 2015. Alguns podem se perguntar por que não teria sido votada antes. Uma resposta possível é que os presidentes da Câmara que antecederam Eduardo Cunha, a pedido da presidência da República, a engavetaram. Há muitos exemplos como este.

O projeto de lei da terceirização da mão de obra começou a tramitar na Câmara dos Deputados há 11 anos, mas foi rapidamente aprovado pela Câmara em 2015. É bem possível que os presidentes da Câmara anteriores tenham, a pedido do poder Executivo, deixado este projeto parado. As contas dos governos Collor, Fernando Henrique e Lula não haviam sido votadas até agora pela Câmara. Ora, já se vão mais de 20 anos desde que Collor deixou a presidência e somente agora a sua gestão contábil foi votada e aprovada na Câmara. Isto aconteceu por conta do poder de agenda legislativa nas mãos do presidente da Câmara.

A PEC da bengala, que aumentou para 75 anos de idade a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), impedindo Dilma de indicar cinco novos ministros nos próximos anos, estava tramitando no Poder Legislativo desde 2005. Ela foi colocada em votação por Eduardo Cunha e aprovada no semestre passado com os votos do PMDB. A Câmara dos Deputados também aprovou em 2015, por 445 deputados federais, em primeiro turno, a PEC 445, que vincula os salários dos advogados públicos federais, procuradores estaduais e municipais e delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil dos estados aos salários dos ministros do STF. Se

esta PEC for finalmente aprovada, isto acarretará gastos adicionais acima de R\$ 2 bilhões, não apenas para o governo Dilma, mas para todos os presidentes que a sucederem. Esta PEC estava na Câmara dos Deputados desde 2009 e nunca tinha sido colocada em votação. Isto foi feito porque Eduardo Cunha é oposição ao governo.

Fernando Henrique, Lula e Dilma em seu primeiro mandato tiveram presidentes da Câmara afinados com eles. Presidiram a Câmara durante os governos Fernando Henrique: Luis Eduardo Magalhães, do PFL, Michel Temer, do PMDB, e Aécio Neves, do PSDB. Todos eles foram eleitos com o apoio do Palácio do Planalto. Foram presidentes da Câmara nos governos Lula: João Paulo Cunha, do PT, Aldo Rebelo, do PC do B, depois de Severino Cavalcanti, eleito em fevereiro e levado a renunciar em setembro de 2005, Arlindo Chinaglia, do PT, e Michel Temer, do PMDB. Todos eles foram escolhidos pelos seus pares com o apoio do Palácio do Planalto. No primeiro governo Dilma, os presidentes da Câmara foram Marco Maia, do PT, e Henrique Eduardo Alves, do PMDB; ambos tiveram o apoio da presidência. Eduardo Cunha é a exceção a esta regra, a regra de que o presidente da Câmara é eleito com apoio do presidente da República e que ambos agem de forma afinada.

O bom relacionamento entre a Presidência da República e a Presidência da Câmara é o que permite que projetos que contrariem os interesses do Palácio do Planalto fiquem anos a fio engavetados nas casas legislativas. Foi o que ocorreu com a maioria penal, terceirização, PEC da bengala e a PEC 445, até que Eduardo Cunha tenha decidido colocá-los para votar.

É difícil imaginar que uma situação co-

mo esta seja um terreno fértil para uma reforma política legítima e duradoura.

Os eternos presidentes de partidos e a reforma política

Quando se menciona a reforma política, todos pensam em mudar o sistema eleitoral, adotando-se algum tipo de voto distrital – eventualmente o parlamentarismo é mencionado ou outras modificações de grande envergadura. Como mencionado anteriormente, ninguém pensa na adoção da reeleição como uma importante reforma política. Tratou-se de uma modificação pequena, pontual, porém com enormes consequências positivas para o sistema. Ninguém imagina que alterar a vida interna dos partidos políticos possa vir a ser uma imensa reforma política.

Os partidos políticos são organizações privadas. Isto significa que eles estão livres para se organizarem, dentro de determinados limites, como quiserem. Todavia, os nossos partidos são fortemente oligarquizados. O presidente tem grande poder, em muitos casos, até mesmo de dissolver a direção partidária e escolher outra inteiramente diferente. Há o instituto da direção provisória, que só é provisória de nome, podendo durar por toda a existência do partido. Sua natureza legal é um facilitador para a dissolução.

Daniel Tourinho é o presidente do PTC desde sua fundação, nos idos de 1990. Levy Fidelix é o presidente do PRTB desde sua fundação, em 1994. Eymael é o presidente do PSDC desde sua criação, em 1997. Zé Maria preside o PSTU desde seu aparecimento, em 1993. Ivan Pinheiro é o presidente do PCB desde seu registro, em 1996. Rui Costa Pimenta é a autoridade máxima do PCO desde sua fundação, em 1995.

Alguns poderiam argumentar que estes exemplos são infelizes porque tais partidos representam pouco ou quase nada do eleitorado. Porém, Roberto Freire é presidente do PPS desde sua criação, em 1992. Michel Temer preside o todo poderoso PMDB desde 2001, já há mais de 15 anos. Há como argumentar que o PT vem sendo presidido por Lula, de fato, desde sua criação. O controle do PSDB vinha sendo exercido até pouco tempo atrás pela elite paulista do partido. A título de exemplo, a eleição de 2016 para prefeito será a primeira vez nos últimos 20 anos que os tucanos terão como candidato a um cargo majoritário nem Serra, nem Alckmin.

A longa permanência no poder de nossos dirigentes partidários contrasta fortemente com a rápida renovação dos candidatos a presidente nos Estados Unidos ou da mudança de liderança dos partidos britânicos que perdem a eleição geral. A última vez que um partido repetiu um candidato derrotado ocorreu com Nixon nos idos dos anos 1960. No Reino Unido o resultado de uma eleição de primeiro-ministro é anunciado e, no momento seguinte, o presidente do partido perdedor abre mão do cargo para abrir caminho para a renovação. Isto acontece também na França e na Alemanha. No Brasil, é possível que um partido perca várias eleições em sequência, mas sua direção permaneça sendo a mesma. Foi assim com Lula, no PT, e com Rodrigo Maia, no DEM.

O processo de escolha do candidato a presidente nos levou até Dilma. A grande reforma política que precisamos é uma que obrigue os partidos a terem uma verdadeira vida interna. Impedir ou dificultar o *dedazo* evitaria que fossemos governados por pessoas que não tivessem passado por um verdadeiro teste de liderança. Não devemos cultivar a ilusão de que os líderes máximos

de cada partido venham a propor uma legislação que, por exemplo, institua as prévias como forma de escolha dos candidatos. A vontade política dos principais líderes aponta na outra direção. Todavia, é possível que uma drástica redução do número de partidos viesse a levar aqueles que restassem a ter uma vida partidária interna mais vigorosa.

Atualmente, quando algum nome desponta eleitoralmente, o passo seguinte é a fundação de um partido “para chamar de meu”. Marina e Kassab são os casos mais notórios. Os dois se tornaram muito importantes eleitoralmente e acabaram por trabalhar com afincos para fundar legendas que ficassem sob seu estrito controle. Diz-se corriqueiramente que a Rede é o partido da Marina e o PSD é o partido do Kassab. A fundação de novas legendas substituiu a competição interna dentro de poucas existentes.

Imaginemos um cenário diferente, no qual fosse muito difícil criar e manter novos partidos. Vamos supor que passássemos de 35, que é o número de partidos registrados junto ao TSE, para apenas seis. Se isto ocorresse, todos os políticos hoje espalhados em inúmeras siglas teriam que passar a conviver em algumas poucas. Isto criaria um enorme incentivo para que a fila andasse – a fila de presidentes de partidos e a fila de candidatos derrotados. Em tal cenário, o *dedazo* seria viável, mas a sua prática seria questionada. É possível que, com o passar do tempo, sob a pressão de novos líderes em busca de espaço em suas legendas, sistemas de escolha mais abertos, públicos e democráticos venham a ser adotados. O líder máximo dificilmente seria o árbitro legítimo das disputas internas.

A existência de 35 partidos é injustificável. Não há 35 ideologias diferentes ou mesmo 35 propostas inteiramente diversas.

Além disso, esta imensa quantidade de partidos torna os custos de transação mais elevados tanto nas negociações políticas dentro das casas legislativas (ainda que haja pouco menos de 35 partidos representados) quanto para o eleitor, no momento que precisa entender minimamente como funciona o sistema. Sendo assim, reduzir o número de partidos seria salutar em diversas dimensões do funcionamento do nosso sistema, mais salutar do que adotar o presidencialismo ou mudar o sistema eleitoral.

Nossos partidos, hoje, não conhecem internamente a contestação. Quem no PT viria a público para questionar a liderança de Lula? Obviamente, ninguém. A pena para a dissensão seria ter a vida partidária e eleitoral dificultada, assim como o acesso aos recursos de poder. Porém, este exemplo pode

ser extrapolado para todos os demais partidos. A falta de desafiantes internos para os presidentes de partidos, ou para quem os lidera de fato, é algo generalizado. Convenhamos que em se tratando de política não seja algo louvável.

A dificuldade de uma reforma que reduza o número de partidos está na força dos partidos pequenos que hoje têm representação na Câmara dos Deputados. Tudo indica que, juntos, eles tenham poder de veto. O mundo é mais resultado das ações do que da vontade, lembremos. Ações aleatórias nos deixaram com uma miríade de pequenos partidos que hoje, unidos, formam o grande partido que impede uma mudança crucial em nosso sistema. A mudança que nos daria alguma esperança de limitarmos os efeitos negativos do *dedazo* em nossa vida pública.

